



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 27 – nº 104 – Setembro 2016

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Mobilidade humana: entre fronteiras e muros

PORTUGUÊS	4
Fronteira entre Moçambique e África do sul aberta 24 horas por dia a partir de 2016	4
“Vivemos um processo de fechamento seletivo de fronteiras no mundo”, dizem pesquisadores....	4
ONU alerta sobre caos na Europa devido a fechamentos de fronteiras	8
A ponte que os haitianos não podem cruzar	9
Violência urbana na América Central quintuplica pedidos de refúgio	10
Os esquecidos da rota dos Bálcãs	12
Venezuelanos no Brasil	14
Por que refugiados afegãos se tornaram vítimas da prostituição infantil na Grécia	17
ENGLISH	18
Refugee voices in Turkey: open the borders.....	18
Deadly human trafficking business on Mexico-US border	21
Is it utopian to argue for open borders?	22
The limits of borders.....	24
The rise and rise of the border wall	26
The long crossing to Hungary: refugees between borders and barbed wire	27
Migrant and refugee suffering on the central Mediterranean route: too much, too long	28
Thailand, Malaysia consider border wall to boost security	29
ESPAÑOL	30
Bangladesh y la India ponen fin a una histórica disputa fronteriza	30
¿Quién tiene el poder de crear fronteras?	31
Se duplica el número de familias de indocumentados que llegan a la frontera	32
Reabierto la frontera entre Venezuela y Colombia.....	33
Migrantes en la frontera: “Vivimos en un infierno”	34
La migración no 'tiene marcha atrás' ni 'se detiene con muros', advierte OIT	38
Níger: la nueva frontera europea.....	38
Refugiados de Yemen siguen atascados tras la frontera	41
ITALIANO	42
Vuoi scappare dalla Libia in barca? I profughi ti raccontano cosa vuol dire	43
Bloccati in Grecia, nel limbo dei campi intorno a Salonicco	43
Minori soli: 26mila fermati alla frontiera Messico-Usa nei primi sei mesi del 2016	44
Italia-Svizzera, le violazioni alla frontiera	45
Un muro di cemento per fermare migranti e profughi a Calais	46
Dall’Africa agli Stati Uniti, la nuova rotta delle migrazioni.....	46
Austria pronta a bloccare le richieste d'asilo, esercito ai confini	47

EDITORIAL

Na era da globalização se chegou a acreditar num mundo sem fronteiras, enquanto produtos e capitais financeiros já não as percebem e as pessoas as atravessam mais do que nunca. Turismo, viagens de trabalho, circulação de mercadorias, desenvolvimento. Os deslocamentos de pessoas chamaram a atenção para as fronteiras quando a linha geopolítica entre os Estados já se transformava em uma área discutível e discutida, que em várias regiões do mundo cedia o passo à prioritária circulação de bens e recursos, sobretudo financeiros, enquanto em outras se erguia como barreira e como sinal de divisão e de relações internacionais sem atenção pelo ser humano.

A antiga linha de demarcação fronteira hoje se tingiu de nuances para dar lugar à emergência dos espaços fronteiriços, onde vidas e mortes migrantes buscam o centro, que a margem tutela, sem capacidade para proteger as multidões que pedem passagem. As fronteiras, como eram entendidas tradicionalmente, hoje se escondem sob muros ou são escondidas por pessoas e eventos que ocupam os postos de passagem transformados em campos e zonas de risco, dependendo dos sujeitos que as observam e da posição física e política em que se encontram. Assim, a linha geopolítica, que marcava uma descontinuidade entre Estados-nação, se transforma progressivamente em lugar perigoso e posto seletivo de controle e de bloqueio, criando ao seu redor diferentes configurações de espaços fronteiriços. Se, por um lado, algumas regiões do mundo abrem áreas fronteiriças e diminuem a tensão em postos de controle, por escolhas políticas, como se registra entre Colômbia e Venezuela e entre Moçambique e África do Sul, na maioria das regiões fronteiriças onde se registram apelos até urgentes de travessia migrante – às portas da Europa, dos Estados Unidos e de países vizinhos onde a política de extensão de fronteiras já se faz presente, por exemplo, a tendência que vem se confirmando é a de impedir a passagem de pessoas e grupos humanos indesejados em base a critérios muitas vezes não declarados e, sempre, pouco claros frente aos valores que regem os Estados e as culturas.

A tendência a “desfronteirizar” através do fechamento seletivo das áreas de fronteira (conforme aponta a entrevista de Tito Carlos Machado de Oliveira em um dos artigos desta Resenha¹) só faz multiplicar os conflitos fronteiriços que ameaçam as populações que vivem ou se encontram nas fronteiras, especialmente migrantes e vítimas de deslocamentos forçados. Estes são atingidos diversamente sobre como as nações e seus *policymakers* se deixam afligir pelo fenômeno, pois para a grande mídia e para a retórica política é suficiente tratar o tema como se fosse uma emergência contingente e passageira, para a qual bastariam decisões estratégicas e fortes para estancar fluxos humanos. Como Chris Gilligan², acreditamos que falta uma abordagem dos deslocamentos populacionais focada no ser humano, pois a mesma fronteira que se fortalece como barreira entre povos, é, de fato, um constante ponto de contato, de transculturalidade e de inter-relações entre os dois lados. E onde os muros ideológicos ou físicos dividem sem unir, o espaço fronteiriço é laboratório de violações de direitos, de ameaças à vida e de omissão do poder e dos serviços dos Estados. Ainda, à distância, as fronteiras se tornam causa e estímulo para exploração, aumento de processos causadores de vulnerabilidade e até de crimes, porque ninguém ainda inventou um modo de parar a mobilidade humana. Quando uma porta se fecha, outras portas e janelas são escancaradas ou forçadas a ficarem, ao menos, entreabertas.

¹ WEISSHEIMER, Marco. (2015) “Vivemos um processo de fechamento seletivo de fronteiras no mundo”, dizem pesquisadores

² GILLIGAN, Chris. (2016) Is it utopian to argue for open borders?

O “fechamento de fronteiras entre países, muitas vezes materializado pela construção de muros”, segundo Marco Weissheimer³, serve também para demarcar territórios entre os 20% da população mundial de dentro dos muros, onde está 75% da riqueza mundial, e os de fora dos muros, que têm 20% da riqueza mundial e são 80% da população. O controle fronteiriço, então, não tem foco nos que querem entrar, mas nos que tem medo e discriminações a sustentar, tendo por sua vez o direito à mobilidade assegurado, pois um lado fechado não impede que o outro lado seja aberto no sentido inverso e o fechamento para seres humanos não significa barreira para mercadorias legais e ilegais, inclusive contrabando e tráfico de seres humanos, especialmente de crianças e adolescentes desacompanhados. O controle, por vezes legítimo e de direito, vem sendo praticado também como ato público seletivo de xenofobia e de discriminação de sujeitos com traços somáticos indesejados.

A mesma fronteira que é ambiente extremamente dinâmico e criativo, “espaço de liberdade e criação, repleto de riqueza e diversidade” (Adriana Dorfman⁴), pode ser em um breve período de tempo, limite geopolítico insuperável para determinadas populações em situação de risco e de vulnerabilidade, porque às portas das fortalezas os seres humanos valem mais ou menos pelo que trazem ou pedem, pelo que oferecem ou podem demandar para salvar suas vidas ou para viver com dignidade. A securitização nos discursos e nas políticas sobre migrações e refúgio desumaniza a visão do fenômeno e a gestão das demandas e dos desafios fronteiriços.

A vida e a *agency* das populações que se aproximam das fronteiras sem terem sido convidadas se tornam dados estatísticos. Números não interpelam consciências; são suficientes muros para deter corpos frágeis, como bem nota Saskia Sassen. Todavia, “as fronteiras são formadas por muito mais instituições e se encontram em muitos mais lugares do que estamos acostumados a pensar” (Saskia Sassen⁵).

A diversidade, a quantidade, a gravidade das necessidades e a força desconhecida dos sujeitos que empurram junto às fronteiras esbarradas escondem o segredo da complexidade desses fenômenos e a possibilidade que esses sujeitos têm de escrever páginas impensáveis na história dos povos em mobilidade.

³ WEISSHEIMER, Marco. (2015) “Vivemos um processo de fechamento seletivo de fronteiras no mundo”, dizem pesquisadores

⁴ WEISSHEIMER, Marco. (2015) “Vivemos um processo de fechamento seletivo de fronteiras no mundo”, dizem pesquisadores

⁵ SASSEN, Saskia. (2016) ¿Quién tiene el poder de crear fronteras?

PORTUGUÊS

Fronteira entre Moçambique e África do sul aberta 24 horas por dia a partir de 2016

A fronteira entre Moçambique e África do Sul vai, a partir de 2016, funcionar 24 horas por dia e o visto de entrada para moçambicanos naquele país passará de 30 para 50 dias.

Falando durante um encontro com a comunidade moçambicana em Pretória, capital da África do Sul, Filipe Nyusi, citado pela Rádio Moçambique (RM), disse que a livre circulação entre os cidadãos dos dois países foi um dos principais pontos de debate da sua visita de três dias à África do Sul, que hoje terminou, salientando que ficou acordado que a fronteira de Ressano Garcia ficará aberta 24 horas por dia a partir do próximo ano.

"A polícia da fronteira não existe para incomodar os cidadãos, existe para ajudá-los", defendeu o chefe Estado moçambicano, acrescentando que, no entanto, há pessoas que se aproveitam dos benefícios que os moçambicanos têm na África do Sul para fazer negócios ilícitos.

Para fugir dos altos índices de pobreza em Moçambique, a população, principalmente a mais jovem das zonas rurais do sul do país, emigra ilegalmente para África do sul, país vizinho, à procura de melhores condições de vida, no país que tem uma das economias mais avançadas de África.

Devido a sua estabilidade económica, a nível regional, a África do Sul é um dos países que mais recebe emigrantes vindos de várias regiões africanas, mas principalmente dos estados vizinhos, o que gerou recentemente uma onda de ataques xenófobos, tendo levado pelo menos 1.500 moçambicanos na África do Sul a abandonarem o país.

"Elas [as autoridades sul-africanas] nos garantiram que vão fazer o máximo para facilitar a travessia e nós também garantimos que vamos fazer a nossa parte", disse Filipe Nyusi, acrescentando que as irregularidades de alguns não podem manchar todos os moçambicanos naquele país.

Durante a visita, o chefe de Estado moçambicano reuniu-se com o seu homólogo sul-africano, Jacob Zuma, no âmbito do fortalecimento das relações de amizade e cooperação bilateral, tendo os dois inaugurado posteriormente a Comissão Binacional Moçambique/África do Sul, alargada aos membros das delegações governamentais de ambos países.

A África do Sul é o principal parceiro comercial de Moçambique e um dos maiores investidores no país e acolhe a maior comunidade de moçambicanos na diáspora, dos quais parte significativa trabalha nas minas e em campos agrícolas.

Os partidos no poder em Moçambique e na África do Sul, Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e o Congresso Nacional Africano (ANC), respetivamente, mantêm vínculos históricos e parte da liderança sul-africana do movimento que lutou contra o regime do "apartheid", incluindo Jacob Zuma, viveu exilada em Maputo.

Fonte: <http://www.jn.pt/mundo/palops/interior/fronteira-entre-mocambique-e-africa-do-sul-aberta-24-horas-por-dia-a-partir-de-2016-4851999.html>

23.10.2015

“Vivemos um processo de fechamento seletivo de fronteiras no mundo”, dizem pesquisadores

Marco Weissheimer

O mundo vive hoje um processo de “desfronteirização”, fenómeno que se expressa, entre outras coisas, pelo fechamento de fronteiras entre países, muitas vezes materializado pela construção de muros. Já há estimativas prevendo que, até o final da década de 2020, o mundo terá dez vezes mais muros do que tem hoje, na menor das hipóteses. E esses fechamentos têm um corte seletivo, como mostra o trabalho de pesquisadores

internacionais: dentro dos muros está cerca de 75% da riqueza mundial e 20% da população. Fora do muro é o contrário: 20% da riqueza mundial e 80% da população. Esses muros passam a definir, portanto, os marcos de ricos condomínios fechados e têm o objetivo de não deixar os pobres entrar. A avaliação é dos pesquisadores Tito Carlos Machado de Oliveira, Coordenador do Centro de Análise do Espaço Fronteiriço, da Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul, e Adriana Dorfman, professora do Departamento de Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em entrevista ao Sul21.

Tito Carlos Machado de Oliveira e Adriana Dorfman participaram do 34º Encontro Estadual de Geografia, realizado em Porto Alegre de 13 a 15 de novembro, numa iniciativa da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A entrevista ao Sul21 foi marcada por uma coincidência histórica e temática. Ela foi concedida algumas horas antes dos atentados que atingiram Paris no dia 13 de novembro e abordou alguns dos temas que desafiam a política europeia hoje, como o fechamento das fronteiras em função de questões de segurança e da crise dos refugiados que está provocando o fluxo de algumas centenas de milhares de pessoas do norte da África e do Oriente Médio para a Europa. Os dois pesquisadores analisam também as principais características que definem o conceito de fronteira e rebatem o estereótipo que apresenta essas regiões como espaços de crimes e de violência.

“Quando você chega na fronteira, encontra um ambiente extremamente dinâmico e criativo. A maioria das pessoas gosta de viver ali. Em geral, são lugares mais cosmopolitas e tolerantes”, defende Tito Carlos Machado de Oliveira.

Sul21: O que define, exatamente, uma área de fronteira? Quais são as suas principais características?

Tito Carlos Machado de Oliveira: O conceito de fronteira tem uma dimensão, hoje, completamente diferente do que tinha até algum tempo atrás, quando era sinônimo de barrar, restringir e fechar. De um tempo para cá, a fronteira passa a ser vista como um ambiente de interação, de inter-relação. Apesar da dimensão de barrar e restringir estar ainda muito presente na cabeça dos governantes, nós tivemos um período extremamente rico na história das fronteiras a partir da Segunda Guerra Mundial até muito recentemente, no início dos anos 2000. Esse foi um período de grande expansão das fronteiras. Do ponto de vista teórico, vários estudiosos chegaram a afirmar que as fronteiras estavam se diluindo e que a tendência era, em um período breve, elas deixarem de existir.

Na verdade, essa era uma visão propositiva relacionada ao livre fluxo do capital. As pessoas estavam querendo abertura de fronteiras no mundo porque existia um processo de circulação do capital que tinha interesse em derrubar as imposições colocadas pelas fronteiras. Se olharmos o mapa da

América Latina veremos um processo de ocupação muito intenso das fronteiras neste período. No Brasil, uma grande quantidade de cidades nasceu nestas áreas de fronteira. Também houve um crescimento expressivo da quantidade de assentamentos de trabalhadores rurais de 1986 até 2006. Tivemos um período de 20 anos onde mais de 80% dos assentamentos foram colocados em regiões de fronteira. Foi um período muito rico, que abraçou essa ideia de dissolução das fronteiras, relacionada, sempre lembrando, ao processo de expansão do capital.

Esse cenário começou a mudar significativamente a partir da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, por conta dos desdobramentos dos atentados de 11 de setembro. A partir daí, tivemos um freio muito grande dessa expansão na direção das fronteiras. Antes, para o capital, todo ambiente de fronteira tinha uma perspectiva de abertura e de livre circulação de mercadorias. A partir daí, são estabelecidos alguns corredores para essa circulação. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde eu vivo e trabalho, há um corredor bem definido entre São Paulo e Santa Cruz de la Sierra, por onde circulam algo entre 6 e 7 milhões de dólares por dia, mas de 100 milhões de dólares por mês. Isso não é qualquer coisa. Em compensação, regiões que eram extremamente dinâmicas, como, por exemplo, Bela Vista e Mundo Novo, foram recrudescendo. O capital foi escolhendo determinados caminhos de circulação e não mais todos os lugares.

Sul21: Corredores por onde ele poderia fluir mais facilmente...

Tito Carlos Machado de Oliveira: Exatamente...

Adriana Dorfman: Nós temos um exemplo aqui no Rio Grande do Sul, que é a ponte construída em São Borja e que tem tudo a ver com o Mercosul e com a integração da indústria automobilística do Brasil e da Argentina. É uma ponte que tem um fluxo gigantesco, mas que não é um fluxo barato. Ele é rápido e competente, mas é caro. Todo o trânsito aduaneiro, incluindo controle sanitário, é feito em torno de meio dia. É um espaço isolado. Não há uma barraquinha de cachorro quente que seja. É exclusivamente para o capital. Outros trânsitos de produtos menos valorizados, com menos capital corporativo agregado, ocorrerão por Itaqui e por outros lugares próximos e não pelo corredor específico da ponte de São Borja. Aqui no Rio Grande do Sul, cabe destacar, a fronteira sempre foi um lugar de encontro, nunca foi um espaço de completo isolamento.

De um ponto de vista muito abrangente, uma das principais características com os quais a gente trabalha o conceito de fronteira é a ideia de descontinuidade. Temos um espaço, uma economia, uma cultura, pensados como continuidade, que, no meio do caminho sofre uma descontinuidade. Isso aí é a fronteira. Pode ser um controle, que é a expressão de um Estado, que marca claramente que, de um lado é uma coisa e do outro lado é outra coisa. Temos dois fenômenos diferentes aí: um é o processo de expansão e outro é o de descontinuidade.

Há um momento no qual a gente representa a fronteira como um limite entre países. Tivemos todo esse movimento da globalização referido pelo professor Tito, que propagou a diluição das fronteiras. Mas o recrudescimento de tensões geopolíticas reforçou os mecanismos de controle de migrações internacionais, com a instalação de maquinários super sofisticados em regiões de fronteira. A fronteira dos Estados Unidos com o México é um exemplo disso. Aquilo não é um lugar, mas uma máquina gigantesca de seleção com tecnologia muito sofisticada. Ao mesmo tempo, é um local que garante um fluxo muito rápido para o capital e suas mercadorias, embora este também tenha seus mecanismos de controle.

Sul21: Bem menos rígidos que os utilizados para o controle do trânsito de pessoas...

Adriana Dorfman: Controlado, aí, não quer dizer impedido. Temos outros fluxos operando neste espaço que não são contabilizados, como o de contrabando e de drogas. É importante assinalar que esses fluxos ilegais aparecem na fronteira, mas não são uma exclusividade dela. Como na área de fronteira ele é controlado acaba aparecendo. Em outras áreas, onde o controle é muito menor ou não existe, esses fluxos ilegais acabam não aparecendo. A fronteira é caracterizada também como um espaço onde o Estado deve se mostrar e se fazer presente, ainda que nem sempre esteja.

Sul21: Há uma certa ideia no senso comum que vê essas regiões de fronteira como áreas meio fora da lei, de faroeste. Essa visão faz jus à realidade dessas regiões ou é uma simplificação distorcida?

Tito Carlos Machado de Oliveira: Na verdade, não faz muito jus, não. Se olharmos o caso do Brasil, veremos que temos fronteiras com cidades e habitadas por pessoas que vivem ali no cotidiano e fronteiras desabitadas. Estas últimas são reguladas por marcos burocráticos, estabelecidos por dois ou

mais países. Quando a fronteira é habitada, esses marcos burocráticos perdem um pouco o sentido. Em geral, nestes lugares, temos um conjunto de pessoas que moram de um lado da fronteira e outro conjunto de pessoas que moram do outro lado. Dificilmente temos habitação somente de um lado da fronteira. Historicamente, o processo de ocupação populacional de um lado de uma fronteira leva à ocupação do outro lado também.

Existe uma palavra mágica para todas as cidades que é “complementariedade”. Nós não conseguimos viver sozinhos e estabelecemos relações complementares com outras pessoas. Do mesmo modo, não existem cidades autônomas, elas se complementam com outras cidades. Na fronteira, essa complementariedade entre cidades vai se dar sob um contexto de legislações diferentes, de culturas, costumes e línguas diferentes. Isso provoca um ambiente extremamente diferente.

O que se observa ao longo do tempo, nestas situações, é que as pessoas de um lado vão tentar se comunicar com as pessoas do outro lado, a partir de sua visão de mundo e das regras com as quais convive. Da mesma forma, do outro lado para cá. O resultado disso é uma série de conflitos, ambiguidades e deslizamentos, dando forma a um ambiente bastante diferente. É por isso que a fronteira é legal e rica, com uma simbiose muito grande de costumes, valores e comportamentos, mas, ao mesmo tempo, é um ambiente que te convida cotidianamente à transgressão.

Um senador paraguaio fez um discurso recentemente, em Pedro Juan Caballero, dizendo que os que são honestos na fronteira são mais honestos que os honestos de outros lugares porque eles são convidados todos os dias à contravenção. Então, se o sujeito é honesto é porque ele é honesto mesmo, brincou. A frase dele foi: os nossos honestos são mais honestos que outros honestos.

Adriana Dorfman: A fronteira é um faroeste? Sim e não. O faroeste americano era uma fronteira de expansão onde o outro não existia. Isso está no imaginário das pessoas. Mas a fronteira também é um lugar de oportunidade, onde convivem pessoas de origens diferentes. Aqui no Rio Grande do Sul, quando ainda havia escravidão no Brasil, a fronteira com o Uruguai era um corredor para a liberdade, pois do outro lado não havia escravidão. Quando vivíamos sob ditadura no Brasil e ainda não havia ditadura no Uruguai, da mesma forma. Isso representa um problema para quem controlar. Neste aspecto, a fronteira é um espaço de

liberdade e criação, repleto de riqueza e diversidade. No caso do Rio Grande do Sul, esse traço do fronteiro está colocado na nossa identidade regional. O Estado inteiro se vê como fronteiro. A pessoa pode morar em Porto Alegre, mas a identidade com o Uruguai e o Pampa é muito forte. Já o Mato Grosso não tem tanta identidade com o Paraguai ou com a Bolívia. E, em outros lugares, como São Paulo, a fronteira é vista como uma área problemática, por onde entram armas e drogas.

Sul21: Até que ponto essa fama de ser território de entrada de armas e drogas corresponde à verdade? As fronteiras no Brasil hoje são mesmo portas de entrada destes produtos?

Tito Carlos Machado de Oliveira: A partir de 2002 e 2003, a fronteira passou a ser culpada de muitas coisas. Mais recentemente, o país começou a ser pautado por figuras como o Carlos Datena. O Jornal Nacional, há oito anos, não tinha um bloco sobre violência. Hoje é o maior bloco do Jornal Nacional, por conta da pauta do Datena que pressiona a concorrência. E há algumas pautas do Datena que são apresentadas como sendo exclusivamente um problema de fronteira, como a questão da droga. Para ele, a droga entra pela fronteira, que está desprotegida, e acabou o assunto. Isso é um absurdo. Se você vai hoje de Corumbá para Campo Grande, um trecho de 450 quilômetros, passa por seis postos de vigilância. Onde é que está a fronteira desprotegida?

Não adianta você construir muros. Eles dificultam, mas não impedem a travessia. Olha o que está acontecendo nos Estados Unidos ou na fronteira Israel-Palestina. As armas que o Datena fala que vem pela fronteira não vem pela fronteira. Eu sei disso porque trabalho com as fronteiras do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai e a quantidade de prisões por tráfico de armas é muito pequena. Essa arma que aparece no Rio de Janeiro chega no Brasil em containers. Apenas 1,8% dos containers são vigiados. Aquele mundo de coisas que são vendidas na rua 25 de maio, em São Paulo, não vem da fronteira, mas sim de containers.

Adriana Dorfman: A vigilância dos containers se divide em cores, verde, amarela e vermelha. Só os de linha vermelha são vigiados. Nos demais não se chega nem perto porque se pressupõe que a fonte de origem é idônea

Tito Carlos Machado de Oliveira: Há um pesquisador paraguaio, chamado Reinaldo Pena, que fez um trabalho muito interessante para o Banco Central do Paraguai. Ele fez uma

descoberta muito importante para nós. O caminhão que sai do porto de Paranaguá com selo paraguaio não pode ser fiscalizado. Ele é vigiado simplesmente pelo peso e não pode ser aberto. No meio do caminho, ele para em algum lugar, onde tiram toda a sua mercadoria, colocam o mesmo peso em areia, lacram de novo com um selo falso e ele segue para o Paraguai. Então, o grosso do problema não está na fronteira. Aquela onde de ficar prendendo camelô na fronteira é só para fazer um espetáculo.

Então, temos um conjunto de coisas malditas associadas à fronteira: contrabando, tráfico, violência, etc. Mas quando você chega na fronteira, encontra um ambiente extremamente dinâmico e criativo. A maioria das pessoas gosta de viver ali. Em geral, são lugares mais cosmopolitas e tolerantes. São lugares riquíssimos para serem estudados.

Sul21: Segundo essa descrição, essas regiões são, de certo modo, laboratórios da integração buscada na Europa, na América Latina e em outros continentes...

Tito Carlos Machado de Oliveira: Sim, elas são um elemento chave para se entender o processo de integração. Quem quiser saber como desenhar um projeto de integração na América Latina tem que ir para essas áreas de fronteira. É lá que estão as respostas para o processo de integração. A fronteira está exposta a três fatores importantes na América Latina. Ela está subsumida a uma ordem mundial que define um processo de refronteirização ou de desfronteirização. Nós estamos vivendo um momento de desfronteirização. Já há algumas estimativas prevendo que, até o final da década de 2020, o mundo terá dez vezes mais muros do que tem hoje, na menor das hipóteses.

A tendência hoje é de desfronteirizar, de fechamento seletivo dessas áreas de fronteira. Ao mesmo tempo, a nossa fronteira é submetida a uma conformação latino-americana. Além disso, toda a fronteira habitada, está sob a égide de um processo de fronteirização, que estabelece a funcionalidade dessas regiões. Por fim, outra característica importante é que o nexos conjuntura tem maior força que o nexos estrutural. Uma mudança no câmbio, como está ocorrendo agora, muda totalmente o fluxo nestas áreas de fronteira. A conjugação desses elementos faz com que existam muitas vantagens e desvantagens na fronteira. A grande desvantagem é que é extremamente difícil implantar políticas públicas.

Pior ainda: como cada fronteira é diferente da outra, como é que se consegue implantar as mesmas políticas públicas em diferentes regiões? Seria preciso criar uma para cada fronteira? É muito complicado.

Sul21: Desfronteirizar é sinônimo de fechamento?

Adriana Dorfman: Aí depende. Há uma cartografia muito interessante elaborada por uma pesquisadora canadense chamada Elisabeth Vallet e por um pesquisador chamado Stéphanie Rosière sobre os muros que existem hoje. Esses mapas mostram que, hoje, dentro dos muros está cerca de 75% da riqueza mundial e 20% da população. Fora do muro é o contrário: 20% da riqueza mundial e 80% da população. Ou seja, é um condomínio fechado. É uma tentativa de não deixar entrar os pobres para dentro desse condomínio fechado.

Sul21: Há uma proliferação de muros sendo construídos em vários países dentro da Europa hoje para tentar deter a passagem de refugiados. Essa nova realidade representa uma ameaça para o projeto da integração europeia?

Adriana Dorfman: O que os europeus fizeram foi construir uma fronteira externa. O norte da África hoje é uma fronteira da Europa. Há vários postos de controle de documentação, de concessão ou não de vistos, que não estão na entrada da Europa, mas sim em postos avançados. É como se construíssemos fora do Brasil lugares de controle para que eles fizessem o trabalho sujo. A mesma coisa ocorre na relação do México com os Estados Unidos. Quem controla a grande migração que há da América Central para os Estados Unidos é o

México. Quem faz o papel de conter e segurar o fluxo de pessoas é o México.

Tito Carlos Machado de Oliveira: É bom a gente lembrar que a migração no passado foi algo muito bem vindo, pois estava associada a um projeto de desenvolvimento do capital. Hoje, essa associação é totalmente diferente. A migração é relacionada à chegada da miséria e à necessidade de sustentar essas pessoas. O processo migratório hoje está ocorrendo nas piores condições, portanto. Mas há outra questão aí. A Alemanha é o país que defende mais a regularização dos refugiados que estão chegando muito pela questão demográfica. A sua população está começando a decrescer e o país vai precisar de braços para trabalhar.

Sul21: Voltando à realidade brasileira, qual é a situação geral da população que vive em nossas regiões de fronteira, em termos de vigência de direitos?

Adriana Dorfman: Existem algumas pessoas que se beneficiam e muita gente que, pela falta de documentação, fica mais fragilizadas. A proposta do documento fronteiriço, que já está em vigor mas não teve uma acolhida muito grande, é muito relevante por garantir que um trabalhador que está trabalhando em outro país tenha reconhecidos seus direitos. Caso contrário, uma população que já é fragilizada e explorada, vai para outro país e tem menos direitos ainda. Se um boliviano, que sai do seu país e vai trabalhar em São Paulo, não for legalizado, será duplamente explorado.

Fonte: <http://www.sul21.com.br/jornal/vivemos-um-processo-de-fechamento-seletivo-de-fronteiras-no-mundo-dizem-pesquisadores/> - 23.11.2015

ONU alerta sobre caos na Europa devido a fechamentos de fronteiras

Organização estima que 100 mil cruzaram o Mediterrâneo. Número é inferior ao registrado no começo de 2015.

O encarregado da Agência da ONU para os Refugiados (Acnur), Filippo Grandi, afirmou nesta terça-feira (23) que o crescente fechamento de fronteiras pode criar um caos na Europa, segundo a France Presse.

Bélgica anunciou nesta terça que vai restabelecer seu controle na fronteira com a França, de acordo com a France Presse. Países como Áustria, Eslovênia e Macedônia já tinham anunciado práticas restritivas recentemente. Grande quantidade de migrantes passam por esses territórios na tentativa de chegar aos países mais ricos da

União Europeia, como a Alemanha, Suécia ou Reino Unido.

A declaração de Grandi é dada no mesmo dia em que a Organização Internacional para as Migrações (OIM) divulgou balanço que mostra que o fluxo de migrantes pelo Mediterrâneo registrou alta em relação ao ano de 2015.

"Estou muito preocupado com as notícias que recebemos sobre o fechamento crescente das fronteiras europeias na rota dos Balcãs, já que isso criará mais caos e confusão", afirmou.

Ele fez estas declarações durante uma visita à ilha grega de Lesbos, principal porto de entrada de migrantes na Europa.

A Comissão Europeia e a presidência holandesa da UE também disseram que estavam "preocupados" com a situação confusa na rota de migração dos Balcãs.

"Estamos preocupados com a evolução ao longo da rota dos Balcãs e da crise humanitária que poderia ocorrer em alguns países, principalmente na Grécia", escreveram o Comissário para as Migrações, Dimitris Avramopoulos e o ministro holandês para pasta, Klaas Dijkhoff, em uma declaração conjunta.

Macedônia

A polícia da Grécia começou a retirar imigrantes da fronteira com a Macedônia nesta terça, depois que restrições de passagem adicionais impostas pelas autoridades macedônias deixaram centenas de pessoas detidas em território grego, de acordo com a Reuters. Um grupo foi conduzido de balsa de ilhas gregas até o município de Pireu, que abriga o maior porto do país.

Na segunda-feira (22), os imigrantes se acomodaram nas linhas de trem da área de Idomeni depois de tentarem forçar passagem pela divisa com a Macedônia, revoltados com os atrasos e com os novos limites impostos à sua passagem. Espera-se que eles sejam levados a campos de redistribuição dentro da Grécia.

A polícia grega e vários ônibus vazios entraram na área antes do amanhecer, disse uma testemunha da Reuters. Em uma área vista do lado macedônio

da fronteira, cerca de 600 pessoas foram cercadas pela polícia grega, segundo a testemunha.

Havia cerca de 1.200 pessoas em Idomeni, a grande maioria afegãos ou indivíduos sem documentos de viagem apropriados. Houve tumulto no local na segunda-feira quando as autoridades macedônias exigiram documentos de viagem adicionais, inclusive passaportes, das pessoas que cruzavam seu território.

100 mil migrantes

Nesta terça, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou que Mais de 100.000 migrantes e refugiados chegaram a Europa através do Mediterrâneo desde o início de 2016. Até esta terça-feira, um total de 102.547 migrantes desembarcaram na Grécia e 7.507 na Itália, segundo a OIM.

"Alcançamos este número em dois meses, quando em 2015 o limite de 100.000 só foi superado no verão" (hemisfério norte, inverno no Brasil), disse o porta-voz da organização, Itayi Viriri.

Mais de 700 migrantes foram resgatados entre a Tunísia e a Sicília nesta terça-feira, segundo autoridades italianas consultadas pela Reuters. Quatro deles foram encontrados mortos.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) afirma que, em média, duas crianças morrem afogadas por dia, em média, ao tentar atravessar o Mediterrâneo desde setembro de 2015.

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/onu-alerta-sobre-um-caos-na-europa-devido-a-fechamentos-de-fronteiras.html> - 23.02.2016

A ponte que os haitianos não podem cruzar

Emigrantes haitianos insistem entrar na Colômbia, vindos do Equador, em sua rota para os EUA

Soraya Constante

Eles são haitianos, mas falam português. Estavam no Brasil, onde lhes deram refúgio depois do terremoto de 2010, mas o sonho brasileiro acabou para eles. "São bon brasileiros, mas lá crise política, tudo mal", diz Patrick, que como todos os seus companheiros de viagem têm a vida reduzida a uma mochila. Algumas semanas atrás começaram a desfazer o caminho feito, mas em vez de retornar ao Haiti, querem chegar aos Estados Unidos atravessando a América Central. Entraram no Equador, vindos do Peru, e atualmente estão presos na ponte Rumichaca, na fronteira entre Equador e Colômbia. "Não deixam

entrar, não sei por que", diz Magali, uma jovem haitiana que passou três anos em São Paulo, mas decidiu sair por falta de trabalho. "Não queremos ficar na Colômbia, nós queremos seguir em frente", insiste.

Na semana passada, mais de 200 haitianos chegaram a esse ponto e encontraram um ferrolho na fronteira. A maior parte do grupo foi retida nas instalações da imigração colombiana que lhes deu a ordem de deixar o país em 48 horas, e, em seguida, os levou a Pasto para que solicitassem um salvo-conduto. Agora a polícia colombiana se

postou no meio da ponte Rumichaca para evitar que coloquem o pé na Colômbia, e tem a ordem de analisar a documentação de todos os que tentam atravessar. Na melhor das hipóteses, os haitianos só possuem a permissão de trabalho brasileira e quando chegam a esse ponto estão num limbo porque não podem entrar na Colômbia e tampouco voltar para o Equador, porque sua saída de alguma maneira já foi registrada. Então eles ficam nos corredores de pedestres da ponte, sem poder usar nem sequer o banheiro, aguentando a baixa temperatura da região, que durante o dia fica em torno dos 10 graus e à noite cai para três graus. Eles são cerca de vinte.

Há outro grupo, de aproximadamente 50 haitianos, que também se aferra à ponte, mas que oficialmente ainda não saiu do Equador. Estes têm um pouco mais de liberdade e alguns deles, principalmente os que estão com crianças, voltam para dormir em Tulcán, a última cidade do lado equatoriano, onde por 10 dólares (cerca de 32 reais) podem se refugiar num hotel. Mas a estadia deles nesses hotéis também é uma aventura. Há apenas 10 dias, a polícia equatoriana prendeu 25 haitianos nos hotéis de Tulcán; 21 deles foram levados para Quito e depois deportados para Huaquillas (Peru), o ponto por onde entraram no país.

As autoridades de imigração da Colômbia e do Equador se recusam a se pronunciar sobre o crescente fluxo de haitianos e cubanos que atravessam seus países rumo aos Estados Unidos. O Equador tem uma política de exceção de vistos em vigor desde 2008, mas no ano passado o Ministério das Relações Exteriores impediu a

migração dos habitantes das duas ilhas: os cubanos foram obrigados a ter um visto de turismo e os haitianos foram convidados a se inscrever no sistema virtual de registro de turistas e esperar uma autorização para viajar ao país.

Os policiais que guardam a ponte de Rumichaca afirmam cumprir ordens superiores e se mostram impassíveis atrás das barreiras de segurança instaladas nos corredores de pedestres da ponte. O controle dos veículos também foi reforçado. Agora há somente uma pista por onde passam os carros e todos são revistados, inclusive os táxis equatorianos que habitualmente levam passageiros de Tulcán para o lado colombiano da ponte. As cooperativas de táxi emitiram uma circular interna no mês passado com a disposição de não prestar serviços a haitianos e cubanos para evitar problemas.

Mas nada parece deter os haitianos, que só querem avançar. Jean Onius Thilus, pai de quatro meninas, que deixou Porto Alegre porque só ganhava cerca de 300 dólares e não era o suficiente, tenta entrar na Colômbia há uma semana, e todos os dias espera para ver se a fronteira é aberta. Na madrugada seguinte à entrevista que fiz com ele para esta reportagem, disse-me pelo WhatsApp:

- Estamos no hotel agora. Não deixar nós passar.
- O que vão fazer amanhã?
- Vamos tentar de novo.
- Só Deus pode falar por nós.

Fonte:

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/06/internacional/1470506130_621443.html

08.08.2016

Violência urbana na América Central quintuplica pedidos de refúgio

Migrantes da América Central esperam um trem levá-los ao norte do México, de onde seguirão aos EUA

Johanna Nublat

No intervalo de três anos, o número de refugiados e pessoas que aguardam a concessão do refúgio nacionais de Honduras, Guatemala e El Salvador quintuplicou, chegando a 109,7 mil em 2015, segundo o Acnur (braço das Nações Unidas para refugiados).

Homens, mulheres e crianças vêm sendo empurrados para fora de seus países —que formam o chamado triângulo norte da América Central, uma das regiões mais violentas do mundo— após experiências repetidas de ameaça

por gangues, mortes cotidianas, extorsão, corrupção, estupro e tráfico de drogas.

Honduras, El Salvador e Guatemala estão no topo da lista dos países com as maiores taxas de homicídio.

Quem foge desses países tem ido preferencialmente para México e Estados Unidos. Outros destinos comuns são Canadá, Belize, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

"Em 2009, fui sequestrado num táxi que trabalhava. Disseram que iam me matar. Alguém avisou a polícia e me resgataram", contou à Folha um

hondurenho de 46 anos, que, por razões de segurança, não quis se identificar.

Este ano, outra experiência aguda de violência: gangues tentaram recrutar o filho mais velho, de 15 anos, para o crime. "Mandaram mensagens de ameaça, mandaram meninos dizer que, se não aceitasse, iam matá-lo."

A família, então, fez a dura travessia, pela Guatemala, e chegou ao México em fevereiro. "Graças a Deus sobrevivemos e estamos aqui, esperando para ver se Deus nos permite algo maior", diz.

Apesar do crescimento acentuado dos pedidos de refúgio dos três países, o número é pequeno se comparado ao fluxo migratório originário na Síria, em guerra civil há mais de cinco anos. Segundo o Acnur, há cerca de 5 milhões sírios refugiados.

O problema da violência urbana na América Central, porém, parece ser maior do que indicam os dados, aponta Francesca Fontanini, porta-voz do Acnur para as Américas. Isso porque, diz, muitos dos que cruzam as fronteiras não chegam a fazer o pedido de refúgio, por falta de acesso ou de informação.

"No último mês, o abrigo em Tenosique [no México, perto da fronteira com a Guatemala] estava recendo de 200 a 300 pessoas de Honduras por dia. Mas poucos pediram asilo, pois não há capacidade", relata Fontanini.

A série histórica de refugiados da região mostra uma queda entre 2009 e 2012, seguida do aumento até 2015.

Segundo Fontanini, o movimento se explica pela persistência dos altos níveis de violência, com mais acesso ao refúgio e melhoria no acompanhamento do fluxo.

Problema

A migração da América Central para os vizinhos mais ricos do norte não é nova. Hoje, no entanto, é possível identificar um deslocamento forçado paralelo ao econômico, disse Filippo Grandi, alto comissário das Nações Unidas para refugiados, no início de julho, durante a primeira reunião de alto nível sobre o tema organizada pelo Acnur e a OEA (Organização dos Estados Americanos).

"A migração devido a pobreza e exclusão social coexiste com um fenômeno crescente de deslocamento forçado gerado principalmente pela violência do crime organizado", disse em julho. "São relativamente novas formas de deslocamento que requerem respostas inovadoras."

Entre as conclusões do encontro estão a necessidade de uma resposta regional para o problema e mais acesso para a recepção dos migrantes e o processamento do refúgio.

Em relatório divulgado no fim de julho, a organização International Crisis Group (que atua na prevenção de conflitos) sustenta que as deportações em massa, pelos EUA e México, de migrantes dos três países em questão foi ineficaz em parar o fluxo, e que o maior controle nas fronteiras apenas aumentou o custo e o risco de quem tenta a travessia por meio de traficantes.

Apesar de o México ampliado a recepção dos migrantes, diz o texto, há gargalos no processamento do refúgio, e o governo mexicano devolveu 166 mil migrantes da América Central, incluindo 30 mil menores de idade, apenas no ano fiscal de 2015.

Admitindo insuficiência na sua atual política, a administração do presidente Barack Obama anunciou no final de julho uma expansão do programa para acolher refugiados da América Central, favorecendo a reunião familiar. A proposta foi elogiada pelo Acnur.

Riscos

Como em outras migrações pelo mundo, como no mar Mediterrâneo a caminho da Europa ou entre a fronteira da Coreia do Norte com a China, a travessia a partir de El Salvador, Honduras e Guatemala para locais menos violentos frequentemente envolve fazer percursos perigosos e lidar com traficantes.

Em determinados casos, o risco pode ser ainda maior.

"Várias mulheres do triângulo norte da América Central mencionaram ter tomado anticoncepcionais antes de viajar [a caminho dos Estados Unidos], para reduzir a possibilidade de engravidarem se fossem estupradas no caminho. Apesar de precauções, muitas mulheres relataram que coiotes abusaram delas no caminho sexual ou fisicamente", diz um trecho do estudo "Mulheres em Fuga", lançado pelo alto comissariado das Nações Unidas no final do ano passado.

O relatório aborda o risco específico para mulheres que fugiram dos três países em questão e do México. É baseado em entrevistas com 160 mulheres com idades entre 18 e 57 anos, conduzidas nos Estados Unidos — a maior parte em centros de detenção.

O relato das mulheres revela uma sequência de violência, desde a própria casa.

"Para muitas, o aumento da violência de grupos criminosos armados ocorreu em paralelo a repetidas violências físicas e sexuais em casa (...) Muitos dos parceiros que abusavam delas eram integrantes ou estavam associados a grupos criminosos armados, tornando ainda mais difícil conseguir proteção das autoridades", diz o texto.

Preocupação parecida ocorre em relação a crianças e adolescentes que fazem a travessia — mais de 21 mil menores desacompanhados dos

três países foram apreendidos na chegada aos EUA no ano fiscal de 2013, diz o Acnur.

"A indústria do sexo na fronteira entre a Guatemala e o México é alimentada pelo fornecimento de migrantes, especialmente adolescentes, parte dos quais é mantida em escravidão por dívida com os traficantes", afirma o relatório do International Crisis Group divulgado no final de julho.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/08/1799552-violencia-urbana-na-america-central-quintuplica-pedidos-de-refugio.shtml>

06.08.2016

Os esquecidos da rota dos Bálcãs

Em 2015 centenas de milhares de refugiados usaram o trajeto para chegar ao norte da Europa. Mas desde que ele foi fechado, muitos ficaram esquecidos pelo caminho, enquanto novos itinerários eram descobertos.

Mariya Ilcheva

"A gente só está aqui por um tempo", diz Abdulmir Hussein sorrindo para a esposa, como se quisesse obter dela ao menos um aceno de cabeça. Ela, porém, apenas fixa silenciosamente as próprias mãos. Vê-se que ambos estão cansados.

O iraquiano de 49 anos e sua família, há dez anos em fuga, estão agora na cidade de Tessalônica, entre os cerca de 7 mil refugiados que aguardam na Grécia serem aceitos por algum país do norte da Europa, dentro do programa de realocação da União Europeia.

Após a invasão americana, a situação no Iraque era de quase guerra, e em 2006 a família finalmente fugiu para a então pacífica Síria. Lá, Abdulmir se converteu ao cristianismo, "por convicção", enfatiza, segurando o crucifixo que traz no pescoço.

"Na Síria, nós vivíamos bem. Até que a guerra também chegou lá." Então seguiram para a Turquia, onde passaram quatro terríveis anos. Por várias vezes foram vítimas de muçulmanos fanáticos: "Nós tivemos que fugir de novo."

Longo caminho até Tessalônica

Em janeiro de 2016, Abdulmir, um filho e a filha mais velha com seu bebê conseguiram ir para a Grécia. Foi uma dessas perigosas travessias, num barquinho arruinado e superlotado de passageiros que haviam pago aos traficantes de pessoas mil dólares, cada um.

Seu destino final eram os países do norte da Europa – da mesma forma que os estimados 750 mil migrantes que trilharam a rota dos Bálcãs somente entre setembro e dezembro de 2015. Mas

quando Abdulmir e o resto da família conseguiram chegar à Grécia, um mês depois, a fronteira da Macedônia já estava fechada. "Nós demos azar", comenta, acariciando a esposa, a qual tenta, em vão, conter as lágrimas.

A família permaneceu 110 dias em Idomeni, na fronteira com a Macedônia. "Um pesadelo", diz Abdulmir Hussein. Desde a dissolução do campo, no final de maio, estão em Tessalônica, esperando a realocação para o norte da Europa, onde se encontram seus filhos.

O mais rápido seria ir por conta própria, atravessando a Bulgária, considerada novo país de trânsito pelos refugiados, mas Abdulmir balança a cabeça, triste. "Os macedônios nos desaconselham": seria perigoso demais para uma família, devido à "caça aos refugiados". Esse é o nome dado ao atualmente violento procedimento dos policiais búlgaros e das autoproclamadas "defesas civis" contra os forasteiros. Aparte os "caçadores", o caminho é pedregoso, através de montanhas, vales e florestas, nada apropriado para uma família cansada.

"Please deport, deport!"

Cerca de 500 quilômetros separam os Hussein do primeiro campo de refugiados búlgaro, em Pastrogor, uma aldeia no triângulo Bulgária-Grécia-Turquia. Lá estão alojados principalmente homens jovens do Paquistão e Afeganistão, quase não há famílias. Indagado, o diretor do campo de refugiados, Spassimir Petrov acena, hesitante: "Temos aqui duas famílias da Mongólia. São cidadãos chineses."

A maioria dos jovens fica num pequeno galpão onde têm acesso à internet por wi-fi. Há algumas cadeiras, mas eles preferem se sentar no chão. Ao verem Petrov, levantam-se e dizem "Hello".

Ali Raza, um paquistanês de 23 anos, conta que seu pai pagou 3.500 dólares pela viagem à Bulgária, para chegar à Alemanha ele teria que desembolsar mais 2.500 dólares. Ao ser perguntado por que está viajando, responde, como a maioria dos abrigados ali: "Porque todo o mundo quer ir para a Europa."

Ali confere frequentemente seu celular: ele espera notícias do seu "agente", explica. A situação na fronteira entre a Bulgária e Sérvia se tornou mais difícil, por isso o prosseguimento da viagem vai se adiando. Após a recente revelação de que policiais búlgaros participariam de operações de tráfico humano duvidosas, a fronteira passou a ser melhor controlada.

Neste ínterim, já há os primeiros migrantes que querem até mesmo voltar para casa. "Please deport, deport!", suplicam três afegãos ao diretor do campo de refugiados de Pastrogor. Eles não têm mais dinheiro para prosseguir viagem – nem para retornar.

Bom emprego: traficante de gente

Para Ali Raza, isso está fora de questão: assim como o paquistanês Wasim Ahmad, de 28 anos, ele quer continuar até o destino final. "Ontem, pela terceira vez, eu fui mandado de volta pelos sérvios. Mas vou continuar tentando", afirma, desafiador. Ahmad irradia energia, apesar de não ter dormido à noite: "Muitos outros conseguiram, e também eu vou conseguir", reafirma.

O diretor Petrov reconhece: "Quase ninguém quer ficar aqui." Dos cerca de 10 mil requerentes de asilo registrados oficialmente na Bulgária, poucos ficaram no país. A grande maioria quer ir para o norte da Europa. E essa vontade dos refugiados é uma sedutora chance de lucros para muitos na região.

No vilarejo vizinho, Ljubimez, o dono de uma oficina automobilística reclama que há meses não consegue contratar um mecânico. "Quem tem um carro pode ganhar muito mais dinheiro com algumas viagens levando refugiados, do que eu posso pagar como salário mensal", diz, enxugando o suor da testa.

Itália, o novo destino

Quem finalmente conseguiu cruzar a fronteira entre Bulgária e Sérvia – com ou sem a ajuda de um

traficante de pessoas –, em geral se dirige para noroeste, onde, 900 quilômetros adiante, está a próxima fronteira, a da Hungria. Na região fronteira entre a Sérvia e a Hungria, numerosos imigrantes aguardam para pedir asilo a Budapeste.

Desde julho, contudo, o país aceita no máximo de 30 refugiados por dia. Quando esse limite é ultrapassado, envia de volta à Sérvia todos os que entraram de forma ilegal e foram apanhados dentro dos oito quilômetros da zona fronteira húngara. E assim os refugiados vão parar nas zonas de trânsito ou no centro de acolhimento sérvio de Subotica.

Aqui também a maioria são paquistaneses e afegãos. "Quase todo o mundo tenta atravessar ilegalmente a fronteira húngara. Alguns conseguem, outros não", comenta Lazar Velic, diretor do centro de acolhimento.

Entre os que não conseguiram encontra-se Horam Shehzad, de 30 anos. Ele não foi apenas devolvido à Sérvia, mas também brutalmente espancado pelos policiais húngaros. "Aqui, eu ainda tenho as feridas", diz, mostrando a cabeça. Sua nova destinação é a Itália: "Ouvi dizer que lá é mais fácil conseguir asilo, e aí você pode viajar por toda a Europa", diz, esperançoso.

"Vocês não têm medo na Alemanha?"

Enquanto em Subotica o abastecimento é mais ou menos normal, dez quilômetros ao noroeste as condições são deploráveis. No posto fronteiro sérvio-húngaro de Kelebija, 200 migrantes esperam a chance de pedir asilo na Hungria; outros 300 aguardam não muito longe dali, em Horgos. As duas zonas de trânsito fazem lembrar Idomeni. No entanto os imigrantes se sentem relativamente bem-vindos no país de trânsito Sérvia.

Na vizinha Hungria, por outro lado, logo se percebe a rejeição. "Não há nenhum refugiado em nossa cidade, e assim está bem", diz uma húngara de 60 anos, que quer permanecer incógnita. Ela é de Győr, cidade de cerca de 130 mil moradores próxima à fronteira austríaca.

"Nós não queremos refugiados, eles só trazem problemas", diz a responsável por um camping, enquanto pendura roupas no varal. Em sua opinião, basta olhar para a Alemanha: "Vocês não têm medo, lá?", indaga.

Ela parece não ter a menor ideia de quantos refugiados realmente estão em sua cidade. A maioria, entretanto, fica apenas uma noite, para uma pequena pausa antes de prosseguir com a

última etapa de sua viagem: em direção à Áustria e, depois, para a Alemanha.

Fonte: <http://www.dw.com/pt/os-esquecidos-da-rota-dos-b%C3%A1lc%C3%A3s/a-19507642> - 30.08.2016

Venezuelanos no Brasil

A grave crise econômica e política no país vizinho e as facilidades para cruzar a fronteira enchem cidades de Roraima de venezuelanos em busca de alimentos e também de uma nova vida. Saiba como vivem os imigrantes e como as cidades se adaptam para receber novos moradores ou clientes com caixas cheias de bolívars.

Emily Costa e Inaê Brandão

Apesar da proximidade, moradores de cidades de Roraima nunca tinham visto tantos venezuelanos por lá. Os pedidos de refúgio no estado aumentaram 7.000% nos últimos dois anos. Em supermercados de cidades da fronteira, as vendas chegaram a dobrar. Os venezuelanos estão enchendo carrinhos com arroz, açúcar e outros alimentos, e também andam pelas ruas em busca de emprego e moradia. Muitos têm ensino superior, mas acabam assumindo funções que exigem menos qualificação. E, para economizar, dividem imóveis com conterrâneos na mesma situação.

Inflação, insegurança e escassez de produtos básicos já eram o contexto da Venezuela em 2014, quando explodiram as manifestações de estudantes e opositores do governo de Nicolás Maduro que acabaram em confrontos violentos e a morte de pelo menos 40 pessoas.

Recentemente, porém, a situação se agravou. A inflação passou a ser a “maior do mundo”, segundo o FMI. A escassez de remédios levou o Parlamento a decretar “crise humanitária”. O racionamento de energia, as longas filas nos supermercados e o aumento da criminalidade aumentaram o descontentamento social, os protestos e saques.

Uma série de fatores agravou os problemas sociais e econômicos, como a alta dependência da importação de bens, a queda do preço do petróleo – maior fonte de suas divisas - e o controle estatal de produção e distribuição de produtos básicos.

A oposição tenta mobilizar o máximo de pessoas possível para conseguir realizar um referendo revogatório que tire Maduro do poder. Atualmente, as manifestações pressionam o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) para dar sinal verde para o recolhimento das quatro milhões de assinaturas necessárias para realizar o referendo. Conheça abaixo algumas das histórias de venezuelanos que recorreram ao Brasil para se abrigar dos distúrbios em seu país.

Um Novo Lar

O aumento do número de venezuelanos em Roraima é um recorde histórico e pode ser considerado o maior fluxo migratório internacional já registrado no estado desde a sua criação, em 1988, segundo João Carlos Jarochinski, professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e especialista em questões fronteiriças. Nos últimos dois anos, os pedidos de refúgio de venezuelanos cresceram quase 7.000% no estado - cerca de 66 vezes. Apenas nos oito primeiros meses de 2016, mais de 600 venezuelanos tinham pedido para ficar em Roraima, na condição de refugiados. Em 2014, foram só nove e, em 2015, pouco mais de 230.

Os dados são do Conselho Nacional de Refugiados (Conare), que, nos últimos três anos, recebeu ao todo 2.238 pedidos de refúgio de venezuelanos (37% deles foram feitos em Roraima). Esse tipo de visto se aplica a quem sofre perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas no país de origem. O documento também é concedido a quem vem de países onde há violação de direitos humanos.

Muitos dos venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da grave crise política e econômica que atinge a Venezuela, onde a escassez de produtos básicos e de energia foi agravada com a queda do preço do petróleo. Eles pedem o visto de refúgio porque, mesmo tendo apenas a solicitação em mãos, já podem trabalhar legalmente no país.

Para fazer o pedido, o imigrante tem de buscar um posto da Polícia Federal. Depois, a solicitação vai para o Conare, que a analisa. Se for aceita, volta para a PF, que faz a emissão do visto de refugiado. Esse trâmite deveria levar, no mínimo, três meses. Na prática, no entanto, a espera pode ser bem maior. Conforme a PF, apenas nove pedidos de refúgio de venezuelanos foram analisados e concedidos entre janeiro de 2015 e agosto de 2016. Questionado pelo G1, o órgão não explicou por que ocorre a demora.

Roraima é a porta de entrada de muitos imigrantes pela facilidade da travessia entre a cidade

brasileira Pacaraima e a venezuelana Santa Elena de Uairén, explica João Jarochinski, professor de relações internacionais da UFRR. "A fronteira com a Colômbia é de muito mais difícil acesso. Em contrapartida, a fronteira-seca [sem obstáculos naturais] entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén é livre." A passagem da Venezuela para a Colômbia foi fechada no ano passado, por ordem do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, para evitar contrabando.

Segundo o professor, a maioria dos venezuelanos que chega a Roraima tem o mesmo perfil: são jovens, homens e, geralmente, com formação universitária. É o caso do venezuelano Reinier Salazar, de 30 anos, que morava em Puerto Ordaz, a mais de 800 km de Boa Vista. Para conseguir emprego, ele teve de mudar de carreira. Formado em engenharia industrial, hoje trabalha como garçom na cidade.

"A situação na Venezuela é muito crítica. Lá eu cheguei a trabalhar como engenheiro, mas não há condições de viver no país. Não tem comida, e o dinheiro não dá para comprar coisas básicas, como alimentos e produtos de higiene", afirma Salazar, que já fez o pedido de refúgio. Ele é casado com uma engenheira venezuelana que também trabalha como garçom em Roraima.

A advogada Carol Formaniak saiu de seu país para virar operadora de caixa de um supermercado em Boa Vista. Até outubro de 2015, ela morava em Ciudad Bolívar, no Sudeste da Venezuela, com o filho e o marido. Especialista em direitos de crianças e mulheres, dava palestras e chegou a ser assessora jurídica de uma vice-primeira-dama do Estado de Bolívar.

"Guardei todos os meus sonhos porque tenho filho e não queria que nós estivéssemos na Venezuela neste grave momento", diz Carol, que se mudou para o Brasil há quase um ano e também aguarda resposta sobre o pedido de refúgio. Hoje ela ganha dois salários mínimos, mas continua em busca de condições melhores e, se possível, na sua área. "Primeiro, eu entregava meu currículo completo, mas depois comecei a tirar tudo. Fiz isso chorando, mas foi a única maneira para conseguir esse emprego. Mesmo assim, não me rendo, estou lutando."

Para tentar um emprego na área ao chegar no Brasil, o engenheiro mecânico Samuel Caycedo se preparou. Fez aulas de português e correu atrás dos documentos para revalidação do diploma. Em 2015, ele entrou saiu do país pela fronteira entre o Panamá, passou pela Colômbia e chegou ao Brasil pelo Amazonas, onde fez o pedido de refúgio. No

entanto, como não conseguiu emprego no Polo Industrial de Manaus, se mudou para a capital de Roraima.

"Quando cheguei a Boa Vista, vi que teria de arrumar um emprego logo. Então, tive de recomeçar por baixo", disse. Depois de trabalhar como garçom e atendente em shopping, finalmente o engenheiro conseguiu um emprego na sua área. Em uma loja de manutenção de tacógrafos e taxímetros, ele é o responsável por testar equipamentos que medem velocidade, como velocímetros de carro.

Agora, recebendo mais de dois salários mínimos, Samuel consegue ajudar os pais e o irmão que continuam na Venezuela. "Sinto saudade de casa, mas por enquanto não há condições de voltar pra lá. Estou feliz com meu trabalho aqui e quero continuar vivendo em Roraima pelos próximos anos."

Dividindo os Gastos

No estado, não há abrigo público ou casa de apoio para refugiados. Por isso, a maioria dos venezuelanos escolhe alugar casas ou apartamentos e dividir os gastos com outras pessoas na mesma situação.

Em um condomínio na Zona Leste de Boa Vista, ao menos 15 venezuelanos moram no mesmo prédio. A engenheira industrial venezuelana Leomarys Duarte, de 32 anos, está entre eles. Há quatro meses, ela saiu da cidade de San Felix e percorreu 814 km até a capital de Roraima.

"Procurei imobiliárias, mas os aluguéis eram muito caros", diz Leomarys, que trabalha como auxiliar de cozinha em um shopping. Ela divide por três o aluguel de R\$ 800 do apartamento de três quartos, dois banheiros, cozinha, sala de estar e área de serviço. O contrato foi fechado diretamente com o proprietário do imóvel.

Francisco Gomes, de 34 anos, vice-síndico do condomínio onde Leomarys mora, diz notar desde dezembro de 2015 a presença crescente dos estrangeiros. "Por semana, recebo de quatro a cinco ligações de venezuelanos procurando apartamentos", afirma.

Muitos venezuelanos que estão Roraima trouxeram os filhos. Só em 2015, havia 114 alunos venezuelanos nas escolas estaduais, conforme o Censo Escolar, da Secretaria de Educação do estado. No mesmo ano, as escolas municipais de Boa Vista tinham 49 crianças venezuelanas matriculadas. Ainda não há dados de 2016.

Compras em Roraima

Além dos venezuelanos que decidiram se mudar para o Brasil, há os que fazem a mesma rota para Roraima, num vai e vem de centenas de quilômetros, em busca de comida. Eles fretam ônibus ou alugam caminhões e levam caixas com bolívares (moeda que é superdesvalorizada em relação ao real) para comprar itens básicos, como arroz, óleo, açúcar, macarrão e farinha de trigo.

"Viajamos 15 horas para comprar comida. Na Venezuela só podemos comprar comida fracionada, dois pacotes de macarrão, dois sacos de arroz, uma quantidade que não dura um mês. Juntamos 16 famílias e fretamos um ônibus para vir comprar comida aqui. É mais caro, mas tem", disse o mecânico Jesus Guevara, que percorreu os 878 km entre a cidade de El Tigre e Boa Vista.

Dono de uma empresa de construção, o venezuelano Jesus Socadagui, de 57 anos, diz que a única forma que encontrou para alimentar a mulher e o filho foi viajar os 832 km que separam Puerto Ordaz, no Nordeste da Venezuela, de Boa Vista.

"A situação que estamos vivendo na Venezuela é de não conseguir achar comida, os supermercados de lá estão vazios. Por isso, recorremos ao Brasil para conseguir sobreviver. As coisas na Venezuela estão cada dia piores", afirmou Socadagui enquanto fazia compras em um supermercado na zona Oeste da capital.

Na cidade de fronteira de Pacaraima, as vendas dobraram neste ano, segundo dados da Associação Comercial e Industrial do Estado (Acir). Em Boa Vista, o crescimento foi de 30%. No dia 8 de agosto, na estrada que liga Pacaraima a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén, mais de 10 ônibus esperavam por alimentos no acostamento.

A Receita Federal explica que cada estrangeiro pode sair do Brasil levando até US\$ 2 mil em comida e produtos de higiene para consumo pessoal ou comercial. O valor da carga pode ser maior se os itens foram apenas para consumo próprio.

Para levar o máximo de comida possível, respeitando os limites da alfândega, uma família de 10 pessoas adultas costuma fazer a viagem de Puerto Ordaz a Boa Vista todos os meses. "Esta é a quinta vez que fazemos esse percurso. Compramos o suficiente para passar o mês e depois voltamos aqui para comprar mais", diz um pastor de 58 anos, que pediu para não ser identificado.

Ele afirma que a maior dificuldade enfrentada pelos venezuelanos que fazem compras em Roraima é o preço do combustível. No país vizinho, o litro da gasolina custa em média R\$ 0,58, enquanto que em Roraima a mesma quantidade não sai por menos R\$ 3,87.

A sobrinha dele, uma comerciante de 23 anos, explica que a família também compra comida para doar a quem precisa e não tem condições de viajar ao Brasil. "As escolas não têm merenda e há relatos de crianças que desmaiam durante as aulas por causa da fome. Enquanto isso, as autoridades venezuelanas não nos dão respostas. Muitas pessoas vão até nossa casa pedir comida e, como temos um pouco de reserva, doamos para quem precisa."

Na Venezuela, a moeda corrente é o bolívar. No câmbio oficial, R\$ 1 equivale a 3,10 bolívares. Já no câmbio alternativo, mais usado em Boa Vista e Pacaraima, R\$ 1 custa 350 bolívares. O câmbio alternativo não é reconhecido pelo Banco Central.

Cleo Carvalho, gerente de um comércio atacadista na zona Oeste de Boa Vista, diz que com o aumento das compras feitas por venezuelanos na capital e, portanto, da demanda, alguns preços subiram para os comerciantes, que têm de trazer produtos alimentícios de outros estados. Ele afirma que não repassa todo o aumento para os clientes.

"Compramos os alimentos das indústrias e, desde que houve esse crescimento nas vendas, o fardo do arroz saiu de R\$ 70 para R\$ 90 [para os comerciantes], e o de açúcar saiu de R\$ 70 para R\$ 92. Por conta desses aumentos, nosso lucro é baixo e quase não há diferença entre o nosso ganho atual e o anterior à vinda dos venezuelanos", diz Carvalho.

Comerciantes de Pacaraima também reclamam do baixo lucro, mas em razão da concorrência com Boa Vista. "Tivemos que baixar a porcentagem de lucro para continuar vendendo, porque senão os venezuelanos iriam para Boa Vista. Antes de crise na Venezuela, nossa margem de lucro era de 25%, hoje é de 15%", diz Moabi da Costa Lima, que tem um supermercado há 11 anos na cidade.

Mas há quem veja oportunidades com a chegada dos venezuelanos. Há dois meses, Graziela Nunes Torres fechou a loja que tinha em Boa Vista para abrir um mercado em Pacaraima. "Dentro da loja tem 500 fardos de arroz e, em cerca de um dia e meio, todos são vendidos. Valeu a pena fechar o comércio em Boa Vista. Estamos vendendo muito. O lucro é pouco, mas é melhor do que lá. Aqui todo dia vende."

Deportações

A Polícia Federal diz que não há como medir o número exato de venezuelanos vivendo irregularmente em Roraima. Esse dado só é percebido de acordo com os índices de deportações. Do início de 2015 até 8 de agosto deste ano, 163 estrangeiros, todos venezuelanos, foram deportados de Roraima. Apenas em 2016, foram 76. O número não inclui crianças.

Estão em situação irregular os estrangeiros que trabalham no Brasil e não fizeram o pedido de refúgio ou têm apenas o visto de turista. Quando policiais fazem operações e flagram venezuelanos nessa situação, eles são levados para a fronteira de Santa Elena de Uairén, onde são entregues às autoridades do país vizinho.

Há oito dias em Roraima, uma cabeleireira venezuelana de 56 anos nascida em Caracas, capital da Venezuela, é uma das que ainda não se regularizou. Ela disse que separou os documentos para pedir o refúgio, mas não ainda não foi à Polícia Federal e não quis comentar os motivos. Agora, se vê obrigada a trabalhar limpando parabrisas de carros em um semáforo no Centro de Boa Vista.

"Há cerca de três meses na Venezuela, um dos meus filhos saiu de casa para tentar comprar remédios para a esposa que havia feito uma cirurgia no útero. No caminho, ele foi surpreendido por um grupo, que o baleou e roubou o carro dele. Agora, meu filho está muito debilitado, não pode trabalhar e tem dois filhos. Assim, tive que tomar a decisão de vir trabalhar em Roraima, porque o que ganhava no salão era o equivalente a R\$ 50 por mês. Hoje, na Venezuela, um quilo de arroz custa o equivalente a R\$ 10", conta.

Trabalhando no semáforo, a cabeleireira afirma ganhar R\$ 10 por dia. O ganho ainda não é suficiente para ajudar a família, mas, segundo ela, já a permite sobreviver. "Consigo comprar comida com o que ganho. Depois que obter o refúgio, irei em busca de outros trabalhos aqui em Roraima", afirma.

Antes de a mulher vir ao Brasil, outro filho dela já estava em Roraima, trabalhando como flanelinha. O homem, de 38 anos, chegou ao estado em 2014 e fez o pedido de refúgio. Ele diz que não trabalha com carteira assinada porque ainda não encontrou emprego fixo. "A gente criou toda uma vida lá, e tivemos que abandonar nosso país, deixar tudo."

Fonte: <http://especiais.g1.globo.com/rr/roraima/2016/venezuelanos-no-brasil/>

03.09.2016

Por que refugiados afegãos se tornaram vítimas da prostituição infantil na Grécia

Adéa Guillot

Seu olhar é inquieto, seus gestos são febris e sua voz é quase suplicante. "Por favor, vamos conversar mais tarde, não quero chamar a atenção". Aquele que chamaremos aqui de Mohammed (a pedido de anonimato) é um jovem afegão bem distante dos 18 anos que ele afirma ter. Nessa noite, assim como em quase todas as noites nos últimos três meses, ele espera pelo cliente no parque Pedion tou Areos, situado no coração de Atenas.

Aqui, ninguém se esconde de fato. Dezenas de menores de idade fazem ponto em bancos ou em vielas escuras. Em torno deles, homens mais velhos, gregos, caminham vagamente imersos na leitura de um jornal ou passeando distraidamente um cachorro. "Eles me pagam 10 euros (cerca de R\$ 36) o programa. Pode ser contra uma árvore ou perto da pequena fonte onde tem um colchão velho", conta Mohammad, tentando se esconder dos olhares. "Às vezes eles se recusam a me pagar ou me dão 2 ou 3 euros... Não posso falar

nada."

Pedion tou Areos é um parque um tanto decadente, onde se encontram traficantes e drogados há vários anos. Mas nos últimos meses, ele também se tornou um bordel a céu aberto, onde se prostituem jovens rapazes afegãos, muitas vezes ainda crianças.

Mohammad conta como sua família o convenceu a pegar a estrada sozinho, com a esperança de ele conseguir asilo em um país europeu e depois trazer legalmente seus pais e seus irmãos, através do processo de reunificação familiar. "Cheguei à Grécia bem no momento em que a Macedônia fechou suas fronteiras em fevereiro", ele conta. "Desde então, tenho dormido principalmente no acampamento de Helliniko. É muito difícil ali, não tem chuveiro e a comida é horrível."

No começo, Mohammad tinha um pouco de dinheiro com ele. "Minha família, que ficou no Irã, para onde imigramos alguns anos atrás, me enviou

o que tinha. Depois parei de pedir porque eu sabia que eles não tinham mais nada."

"Refugiados de segunda classe"

Então alguns colegas de acampamento propuseram que ele fosse com eles até Pedion tou Areos. Mohammad logo começou a consumir drogas que os traficantes do parque ofereciam a essa nova clientela vulnerável. "Eu sei que nunca conseguirei economizar os 2 mil euros (cerca de R\$ 7,2 mil) que os coiotes pedem para nos levar até a Sérvia; então agora todos os meus programas vão para minha dose. Eu realmente não queria mais acordar."

Basta percorrer os bairros problemáticos de Atenas ou de Tessalônica, ao norte da Grécia, para ver que essa prostituição infantil de refugiados afegãos não é mais um fenômeno isolado. O jovem Ali (pseudônimo), 17, faz ponto três noites por semana nos arredores da ferroviária de Tessalônica. "Tem dois ou três hotéis que nos deixam usar seus quartos. Pagamos parte do que ganhamos ao porteiro. Eles nunca perguntaram minha idade", ele conta.

Ali veio para Tessalônica para ficar mais perto da fronteira com Skopje, a capital da Macedônia. "Estou tentando economizar para ir embora, mas os coiotes daqui pedem pelo menos 800 euros (cerca de R\$ 2,9 mil) para atravessar a fronteira".

Para Kazim Rouisi, presidente da Comunidade dos Afegãos da Grécia, "existe uma responsabilidade europeia criminal, pois os afegãos são considerados como refugiados de segunda classe. A eles é negada até mesmo a esperança da transferência."

A transferência --o acordo fechado em setembro de 2015 entre os países da União Europeia (UE) para transferir mais de 60 mil refugiados até o final de

2017-- é reservada somente aos sírios, iraquianos e eritreus. Ou seja, para nacionalidades que têm 75% de seus pedidos de asilo aceitos. O índice de reconhecimento entre os afegãos é muito elevado, quase 70%, mas não o suficiente. Então eles são excluídos da transferência, uma situação que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) lamenta. "A maior parte deles precisa de proteção internacional, então eles não deveriam ser excluídos desse programa", diz Stella Nannou, do Acnur grego.

Agressões a facadas

Mais de 18 mil afegãos estariam hoje presos na Grécia --ou seja, um terço dos refugiados presentes no país, diz Kazim Rouisi. Alguns acampamentos como Helleniko, Schisto ou Malakassa estão quase totalmente repletos de afegãos de diferentes etnias. "Eles forçam pashtos, hazaras e tadjiques a viverem juntos, sendo que conflitos agudos nos dividem no país, é perigoso", afirma lamenta Rouisi. Quase uma dezena de agressões a facadas e uma morte ocorreram nos acampamentos gregos em razão desses conflitos entre etnias.

Segundo números do governo grego, 54 mil refugiados continuam presos na Grécia desde o fechamento das fronteiras em fevereiro. Se a UE enfim cumprir suas promessas criando lugares de acolhimento prometidos como parte do plano de transferência, dezenas de milhares de sírios ou de iraquianos deverão deixar o país cedo ou tarde. Já os afegãos estão condenados a permanecer na Grécia, tendo como única porta de saída um coiote ou o retorno ao seu país.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/le-monde/2016/09/09/como-refugiados-afegaos-se-tornaram-vitimas-da-prostituicao-infantil-na-grecia.html> - 09.09.2016

ENGLISH

Refugee voices in Turkey: open the borders

"We don't want food, water or humanitarian help, we want to cross the border by land. We will cross or die here" say refugees in Turkey appealing for passage to Europe.

Dogus Simsek

After the death of thousands of refugees during the dangerous and hard journey to Europe by the

Mediterranean and Aegean Sea, refugees and migrants are seeking safe ways to reach Europe.

Since September 10th - following a call started on a Facebook page ("Crossing no more"), thousands of refugees (mostly Syrians but also Afghans, Iraqis and others) - started a protest to be allowed to cross the border into Greece. According to the City Governor, 8,000 refugees reached the border province of Edirne after September 10th but were turned away. On September 17th, there are approximately 3,000 refugees spread throughout Edirne, demanding access to Europe. A reported 800 protesters were on a hunger strike.

On September 19th, Prime Minister Ahmet Davutoğlu said on his Twitter account, "We are ready to send [refugees] to countries which open their doors to Syrians. But, unfortunately there is no offer from any states. I will write letters to world leaders to be the voice of Syrians for whom the international community has remained silent." On September 23rd, despite the rain and cold, refugees remained in the Er arena, Edirne, demanding to cross into Greece.

Refugees in Turkey

This is the recent situation of refugees in Turkey, and it is not bright. In fact, the general situation for refugees has not been bright for some time. According to the UNHCR, more than 300,000 refugees and migrants have used the dangerous sea route across the Mediterranean so far this year with almost 200,000 of them landing in Greece and a further 110,000 in Italy. At the same time, some 2,500 refugees are estimated to have died or gone missing this year, trying to reach Europe. The vast majority are Syrians who flee from conflict in Syria who want to reach Europe because of tough living conditions in Turkey. But what are the living conditions of Syrian refugees in Turkey? What are the main reasons they are risking their lives en route to Europe?

Since 2011, the on-going Syrian civil war has caused more than 4 million Syrian nationals to flee to the neighboring countries of Lebanon, Turkey, Jordan, Iraq and Egypt. As of September 2015, the numbers of Syrian nationals in neighboring countries are as follow: 1,113,941 in Lebanon, 1,938,999 in Turkey, 628,887 in Jordan, 248,503 in Iraq and 132,375 in Egypt. It is assumed that more than two million Syrian refugees including the unregistered ones are residing in Turkey. Only 259,161 Syrian refugees live in the camps and about 150,000 Syrians have returned to their country according to the Directorate General for Migration Management's statistics.

Compared to Lebanon, Jordan, Iraq and Egypt, Turkey has received the highest number of Syrian refugees.

Since the crisis in Syria began, Turkey has adopted an "open door" policy for Syrians fleeing their country, like other neighbouring countries, and has opened twenty-five refugee camps in the provinces of southeast Turkey alone. The cost of the Syrian crisis had reached over \$6.5 billion. Since the beginning of the crisis, Turkey has been generous towards Syrian refugees.

Turkey is a signatory to the 1951 Geneva Convention and its 1967 Additional Protocol on the status of refugees in Turkey, however Turkey applies a geographical limitation to the 1951 Geneva Convention. In line with the geographical limitation that limits asylum rights only to Europeans and mass refugee influx situations, Syrians who have fled to Turkey are recognized as "guests" and not as "refugees". 'Guest' status implies ambiguity about their presence, safety and rights in Turkey.

In 2014, Turkey introduced the new Law on Foreigners and International Protection (LFIP). With the LFIP, Turkey implemented a new 'temporary protection' (TP) regulation for Syrian refugees in and outside of the camps, which regulates a TP identification document, the right to lawful stay in Turkey, and access to health, education and the labour market. Access to social assistance and the labour market will be made clearer in the future by the Ministry of Labor and the Ministry of Family and Social Policies. At the moment, Syrian refugees in Turkey do not have right to work. As a result of the lack of legal status and limited access to rights, many Syrian refugees live under extremely tough conditions. In a recent change, Syrian refugees have to stay in the city where they are registered, as it is illegal to move inside the country. Upon their arrival in Turkey, their living conditions get worse and many of them state that they do not see any future.

Unique stories of Syrian refugees in Turkey

Refugees are dealt with in numbers and statistics in debates and negotiations among countries, forgetting the fact that refugees are human. There is a need to humanise the situation, spreading the unique stories of refugees, their ambitions, their fears, their hopes, experiences and raising their voices. Engaging with individual stories helps us to understand why people flee; choose to live in Europe; what factors lead them to Europe and, might influence public opinion and reduce xenophobia towards refugees and migrants.

As a part of my research project on the experiences of Syrian refugees outside of the camps in Turkey, I spoke to Syrian refugees in İstanbul, Ankara, İzmir, Gaziantep, Kilis, Antakya, Şanlıurfa and Mardin on their living conditions and experiences in Turkey between January and September 2015. The stories of Syrian refugees in Turkey show their struggle in Syria, in the receiving country and not having a chance to choose what is good for them. A woman who walked three days with four children to cross the Turkish- Syrian border struggled to establish a new life: “I came to Turkey with my four children, walked three days to cross the border, two years ago. I don’t know whether my husband is alive or not...haven’t heard anything about him for the last two years. My sister was already settled in İstanbul, we are living with her. We pay \$600 for one bedroom flat. There are 8 people living in this flat. I have to look after my small children, my older children 14 and 15 years old work to pay rent and buy food. They are looking for a new job at the moment; they used to work in car repair shop where the employees attacked them; they could not get their wages. We came to Turkey because we didn’t have any other choice but people do not want us here. It is very difficult to live under these conditions.”

Another woman who lives in Ankara with her children also highlighted tough living conditions: “We had a good life in Syria; we were happy in Syria. Then, the war started; my husband got killed in Syria; my house got burned. We had to leave Syria; we didn’t have any choice. Turkey opened the border for us. We thank the Turkish government for this. I came to Ankara with my children but life is very expensive here. There is no job for us; we have to pay rent. It is very difficult to survive here. I want my children to go to school”.

Many of the interviewees state that having a lack of legal status, being forced to work in the informal economy, experiencing exploitation and discrimination in the work place, high rental housing prices, being marginalized and a state of being excluded in the receiving society, limited access to education and limited access to medicine are the major problems of living in Turkey. In short, they do not see any future for themselves in Turkey and do not see Turkey as their final destination because nothing has improved within four years of residing there. A desire to live in Europe seems attractive for practical reasons, such as access to employment, housing, education and welfare. On the other hand,

as majority of interviewees stated, they miss Syria a lot and want to go back to Syria when the conflict is over. Europe is the best option amongst other options for them at the moment.

Many want the chance to make a life for themselves without risking their lives in the Aegean Sea, and this is why they have decided to cross the Turkish-Greek border by walking to reach to Greece. On the other hand, some Syrian refugees I spoke to in İzmir are still willing to risk their lives and try to reach to Greece by sea. One person commented, “we don’t have any plan for the future...Future is dark for us...I rather die in Syria or on the way to Europe; there is no other way for us; we choose the option of taking a dangerous and long journey to reach Europe.” There is floating rumor among Syrian refugees in İzmir that makes them believing that a big ship will come to İzmir and take them to Greece. “We have been waiting for the ship for last two weeks” said few Syrian refugees in İzmir.

One of my interviewees wrote from Germany, stating that he arrived in Germany a month ago after a long and dangerous journey. “My life was hard in Turkey”, he wrote, “I didn’t have a job, struggling to survive. Now, I have hopes; I know that I will have a happy life in Germany. They will give me a small flat and I will start learning German. I am so excited to start my new life”. This is an example of a successful journey to Europe and the beginning of a new life. The first thing he would like to do in Germany is learn the language, as he wants feel included in the society.

The Syrian refugee crisis is not just a crisis of Turkey, Lebanon, Jordan and Egypt; it is a global crisis and need to be responded to globally. Not only Europe, but the Gulf States also need to share the burden. Currently they are not signatories to the UN refugee convention and displaced people are not officially considered as refugees there. Taking more forced migrants is not the only way to show solidarity; the causes of forced migration need to be prevented and the responsibility for the causes of forced migration need to be taken and global protection needs to be supported. The solution is not closing borders or building walls on borders. My research suggests that this simply drives forced migrants to seek alternative and dangerous routes, and forces them to risk their lives.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/noticia/3929-refugee-voices-in-turkey-open-the-borders> - 07.10.2015

Deadly human trafficking business on Mexico-US border

Sinaloa cartel rivalries present an omnipresent risk of extortion, kidnapping and death for migrants travelling through.

Axel Storen Weden

One single road cuts through drowsy Altar, an hour's drive south of the American border at Sasabe, Arizona. At first glance, the town seems a sleepy outpost. But this look is deceiving.

Foot soldiers of the drug cartels, young, tough-looking men on bikes, patrol the blocks. Men in pick-up trucks with fully tinted windows and no licence plates drive up and down the one main road menacingly.

A migrant pulls his jacket over his head and trots into a shop. But his attempt to make himself invisible is of little use. No one gets in - or out - of Altar without the permission of the cartels.

The migrant hub

"You can't trust anyone here," says Juan, a 38-year-old migrant who hopes to find work in the US. He is a widower and father of six children from the southern Mexican state of Chiapas, staying at a church-run shelter for migrants. The shelter offers a safe place to stay and a meal for migrants who've undertaken a difficult and dangerous journey.

After the US tightened border security controls following the September 11, 2001 attacks, Altar was transformed into a hub for migrants seeking to enter the country illegally through remote desert routes.

In this small town the shops, exclusively geared towards migrants, offer everything from "coyotes" - as the human traffickers here are known - to camouflage, sand-coloured clothing and anti-snakebite kits.

But these days, the little town plaza is no longer crowded. Local authorities and shop owners say up to 3,000 people once arrived here every day from all over the world in the hope of reaching their American dream.

Today, however, the flow of people is reduced significantly. Yet everyone here agrees that dangers lurk at every corner for the few migrants who take the risk to travel through this town.

The drug cartels, locally referred to as "la mafia", control an extensive network of human traffickers and informants. They extort for money, kidnap and kill migrants at will. The locals think they have infiltrated the local branches of the police and government structures.

The ongoing conflict over trafficking routes between two rival factions of the Sinaloa cartel, "Los Memos" and "Los Salazar", means that there is increased competition over the migrants that do arrive.

Pay or be killed

To cross the Sasabe desert and go on to Arizona, migrants are told they must pay about \$4,500 to the coyote, who is appointed by the cartels. They are also forced to pay an additional \$700 in a separate "tax" to the criminal groups themselves.

At the church-run shelter, there were rumours that the week before, two Honduran migrants were murdered after they took the fatal decision to embark on the journey north without paying.

Juan, the migrant from the south of Mexico, is left without any money after his long and perilous journey through the country.

Now he has been offered to get over the border "mochilando" - as a drug mule, carrying a backpack filled with at least 30kg of marijuana.

But Juan is hesitant and well aware of the stories about how migrants are killed once the merchandise is delivered.

"I'm afraid. Every single day I try to come up with something else. But if I don't send any money home soon, my children will die of hunger," he says, his eyes filled with tears.

Decreased crossings

Figures of the number of those apprehended by the US border patrol indicate that fewer and fewer migrants are risking the crossing than in previous years.

According to US Border Control data, from 1983 through 2006, more than one million migrants were detained trying to cross the US-Mexico border. But the number has come down significantly in recent years, with only 337,117 apprehensions in 2015, the lowest since 1971.

Marc Rosenblum, deputy director of the US immigration programme at the Migration Policy Institute, attributed this decrease to the stricter border security policies in the US.

And this decrease is having a significant effect on the small town that depends on the commerce of migrants.

"Pretty much all the stores geared towards the migrants have had to close. The same thing goes for the hotels and flophouses. Almost 60 percent of Altar are without work," says the newly appointed mayor, Everardo Martínez, from Mexico's governing party the Institutional Revolutionary Party.

Martínez rejects the notion that Altar is dangerous and that drug cartels still pose a problem here.

"Extortions, kidnappings and killings of migrants are not an issue anymore. It's something that belongs to the past," he says.

Weddings for security

Prisciliano Peraza, a catholic priest and a well-known activist for migrant rights, laughs at the denial presented by the mayor. "What does he know?" he says. Peraza thinks the mayor is downplaying the influence of the criminal networks because he is involved in them.

"The mayor may have a new job, but he hasn't given up drug and human trafficking," Peraza says.

As a part of his routine, Peraza travels around the villages surrounding Altar to conduct weddings, baptisms and religious services for "la mafia" and their loved ones.

He speeds through the unforgiving desert landscape just a few kilometres from the American border in his Chevy pick-up truck every weekend. "I do this for my own security," says the priest.

"Although they sell drugs and kill people at will, they're still concerned about being in the good

graces of God," he says hiding his gaze behind aviator sunglasses and a cowboy hat.

Human trafficking accounts for an increasing part of the income for the cartels. It is a safer way of making money, according to the priest.

"The sentences are shorter, and no matter what, the migrants will always pay," Peraza says.

Not afraid of death

"When you know the kind of life you can have in the US, it's worth risking your life to obtain it," says Dagoberto, a migrant from Honduras, a country plagued with gang violence.

The 53-year old had already lived in the US twice previously. He has two grown children who live in Washington DC. But, he was deported during his last stay there. This time, he plans to head to Atlanta, Georgia.

He has spent a month and a half traversing Central America and Mexico. He recounts that on his journey, he has been robbed by criminals and has been extorted for money and his clothes by the police.

When the blisters on his feet heal, he will once again try to cross the border. But without money, he may have to take the potentially fatal risk of a backpack stuffed with narcotics on his back.

But he says he does not fear death.

"I've had a long life. If it's my turn to go, the time will be right."

Fonte: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2016/01/deadly-human-trafficking-business-mexico-border-160117073423022.html> - 24.01.2016

Is it utopian to argue for open borders?

Thousands of migrants in Europe are prisoners of border controls. They ask, 'are we not human?' Is it utopian to answer yes, and that we need to open the borders?

Chris Gilligan

Why we need to argue for open borders

In Europe today it is imperative that everyone who desires a human-centred world gets involved in developing, making and winning arguments in favour of open borders. The inhumane nature of immigration controls are evident in the thousands of human beings who are dying every year making the perilous journey to Europe. They do not die because the journey is by its nature perilous. They

die because nation-states in Europe have made it so.

The inhumane nature of immigration controls is evident in the thousands of human beings who are snared at border crossing points, in camps, in detention centres. Europe has enticed them with its talk of freedom and opportunity. Europe has enticed them with its abundance and its opportunities for learning. Thousands of human beings have tried to seize these opportunities. They have walked,

paddled, swum, crawled and dashed towards the beacon of a better life.

And, when they arrive at the borders, when they land in our midst, when they stand up and say ‘we want the same opportunities as you’, European nation-states say ‘these opportunities are not for you. These opportunities are for the privileged few’. Immigrants are trapped at the borders, in camps, in detention centres – because European nation-states are incapable of recognising their humanity. Nation-states are not good at recognising humanity. They are only good at recognising nationality. We need to argue for open borders because millions of people, all over the world, are demanding to be allowed their freedom of movement, and every day hundreds of thousands of people are being denied that freedom.

At the borders of Europe, in the treacherous seas, on the roads, in the camps, in the detention centres and in the tortuous limbo of waiting to hear the outcome of asylum claims, hundreds of thousands of people are asking, ‘are we not human?’ And, in response, hundreds of thousands of citizens in Europe are saying ‘we recognise your humanity’. They are organising rescue boats. They are providing lifts to weary migrants. They are organising soup kitchens and other food outlets. They are organising clothes collections and toy collections. They are travelling across the continent to help deliver to those in need. They are helping to comfort the grieving. They are helping to bury the dead with dignity. They are befriending people in detention. They are organising legal advice. They are helping with accommodation. And, they are helping to bring laughter, to brighten up the darkest corners of our souls, to help people to laugh and cry at the joy of being human.

All of this activity is a testament to human kindness and generosity. All of this activity is a riposte to those cynics who think that humans are, at base, greedy and selfish. All of this activity, however, is only dealing with symptoms. We need to develop and make the arguments in favour of open borders because we need long-term solutions. Unless we develop the bigger picture we will be confining our vision to what is, rather than what could be. Unless we take control of our own destiny as humanity we will remain at the mercy of forces beyond our immediate control – the market, competition between nation-states, financial crises, the arbitrary whims of global elites...

We need to develop, make and win the case for open borders because the issue is not just about refugees and asylum-seekers. The issue is about

human freedom. All human beings – whether they are migrant workers, refugees, asylum-seekers, students, lovers or family members separated by man-made borders – have a right to free movement.

We need a human-centred approach to migration. We need to develop, make and win arguments that put humanity first. Arguments that put people before profit. Arguments that prioritise free movement over free markets. Arguments that prioritise humanity over humanitarianism. Arguments that prioritise human freedom over human resource management. Arguments that put freedom before finance. If the way that we currently organise human society makes it impossible to provide human freedom, then there is a problem with the way that society is organised. This is a problem for humanity, not a problem of humanity. Migrants are not a problem; they are human beings. Borders are. Migrants are not a problem; they are part of the solution.

What would happen if we had open borders?

The idea of open borders frightens many people in Europe (and in other affluent parts of the world). They see a world in which war and conflict is commonplace. They see a world in which billions live on less than two dollars a day. They see a world of financial chaos, job insecurity, homelessness, rising poverty. They see a world in which they live in fear of terrorist attack. They see a world in which old certainties are being swept aside in the winds of global change. They see a world where borders are a means to hold back the horror. They see borders as a bulwark against the seething mass of problems that threaten to overwhelm humanity. They want safety, and security, and certainty. Many frightened people demand that borders be fortified, policed, surveilled. States are building higher fences, pushing back the boats, denying chance for entry. If we opened up the borders tomorrow, there would be chaos they say. The streets of Europe would be dangerous, there would be homelessness, there would be poverty.

Restricting human movement, however, won't eradicate poverty or homelessness, it won't end war and violence. It will, at best, maintain the current inequitable distribution of misery and opportunity between the west and the rest. The terrorist attacks in Paris and in Brussels were horrific. They were brutal and inhumane. Similar attacks are happening every day, yes, every day, in Syria and other war zones around the world. Those who express horror at the attacks in Paris and

Brussels, but do not feel anything for people who are faced with this kind of brutality in other parts of the world, are denying their own humanity. Those who refuse to recognise the humanity of others are killing off the humanity in themselves. Inhumanity begets inhumanity.

The punitive, repressive, cold reaction that characterises much of the response of European leaders today is part of the problem, not part of any solution. Punitive state action – against Afghanistan, against Iraq, against Libya, against the emancipatory dynamic of the Arab Spring – has paved the way for horrors that people in Europe fear are being visited on them today.

Maintaining borders will not bring a better future. Restricting free movement will not eradicate fears. We need a positive vision. Is that a utopian idea? Perhaps, or perhaps not. That vision of a better world is already with us in embryo. It is there in the hundreds of thousands of acts of human kindness and generosity towards migrants. It is there amongst those who recognise the common humanity that lies at the core of the multiplicity of human diversity. We can get to that better world by building on these positive actions. Instead of

attempting to criminalise altruism, we should encourage it.

Freedom for all

Everyone wants freedom. The desire for freedom is integral to us as human beings. We live, however, in a world in which the freedom of others is made to appear as a threat to our own freedom. No one opposes freedom, at most they oppose the freedom of others. What we are witnessing in Europe today is a battle over freedom. Nation-states draw up the battle lines. Nation-states place the freedom of their citizens on one side and the freedom of foreigners on the other.

We need to oppose their attempts to divide humanity in this way. We need to make the case for open borders. We need to make the case for a society in which an opportunity for one is an opportunity for all. By making the case for open borders we are saying ‘another world is possible’. By making the case for open borders we are saying ‘recognise our common humanity’. By making the case for open borders we are saying ‘freedom is indivisible’. Open up the borders now! Another world is possible!

Fonte: <https://www.opendemocracy.net/beyondslavery/chris-gilligan/is-it-utopian-to-argue-for-open-borders> - 04.05.2016

The limits of borders

Borders are constructed to separate people, but they become a permanent point of contact and violence between the two sides.

Janina Pescinski

The ongoing flow of migrants and refugees across the Mediterranean has resulted in a migration management crisis in Europe. Borders are seen as the first line of defence for solving the problem by keeping migrants out, hence the current lockdown of Fortress Europe. Individual European states have implemented various policies that harden their borders in an effort to turn away migrants. Hungary has built a fence along its southern border, Austria is following suit by erecting barriers at southern border crossings. The Greece-Macedonia border has been closed, leaving over 50,000 new arrivals stranded in Greece.

But when an impediment is created at one point of entry, the border to be crossed simply shifts elsewhere. The land routes through the Balkans have been cut off, and Greece is no longer a viable point of entry because of the EU-Turkey deal. While policymakers may have hoped that the effect would be for migrants to just stay home, the reality is that

those desperate to move will find new routes and strategies, with potentially dire consequences. Already we have seen that this is true in the Mediterranean: to bypass the closed borders new routes are opening across the sea to Italy. The human cost is enormous, as we saw when 500 people reportedly drowned in the Mediterranean last week.

Another result of closing borders is increasing the market for smugglers. Smuggling is a business: smugglers provide the service of helping people to cross closed borders, for a fee. Contrary to EU policy that frames smuggling as a cause of migration that can and must be combatted with stricter border control and policing, smuggling is a reaction to circumvent more rigid borders, as the many of the voices featured on openDemocracy's Human Smugglers Roundtable attest.

The rhetoric justifying these exclusionary migration policies becomes a vicious cycle in public opinion:

governments close the borders to keep out the migrants, serving as state-sanctioned confirmation that those individuals are 'not wanted'. This increases xenophobia and prejudice as well as precipitates highly visible, seemingly desperate attempts of migrants to 'get in at any cost'. This further stokes fears and prejudice while justifying the next round of even more stringent migration policies.

Problematizing borders

The current European attempts to control migration are predicated on an understanding of the border as a barrier, but the concept of 'border' is neither singular nor static.

Throughout history the conceptions of borders and their management has changed, as traced by a current exhibit at the museum of the history of immigration in France. This looks at borders as socially imagined entities, as political constructions, as components in defining identities. It considers how borders have been established because of fear of groups as well as how borders create or enhance fear of other groups. In doing so the exhibit poses important questions about borders, but at the same time it inadvertently reinforces certain consequences of borders. For example, certain migrants are referred to as 'illegal', a problematic term that reinforces the ideas that unsanctioned migration is definitionally a crime and that anybody engaging in unauthorised movement is a criminal. Ultimately, the exhibit opens the question: what would a borderless world look like?

Borders do not apply universally to everyone who encounters them. Certain people are allowed to cross while others are turned away. Visas are granted to some on the basis of nationality, economic status, or level of education, among other factors, all of which taken together make certain people 'desirable' and therefore worthy of crossing the border unchallenged. For these lucky few the world is almost borderless, whereas for the vast majority who do not have these privileges the border is all too real. It is not only an unjustifiably arbitrary system, but it's also volatile. The line between 'wanted' and 'unwanted' (as defined by the foreign ministries) is always moving, as the gradual enlargement of the EU and now the possibility of a British exit starkly attests.

When states establish rigid borders they are not ridding themselves of what is on the other side,

instead they are permanently tying themselves to that. Restrictive policies require constant enforcement, the walls and fences require maintenance and patrol, and this necessitates an unending stream of financial resources. In this latest deal with Turkey, Greece and the European Union have not rid themselves of the people across the border. Instead, they have tied their fate to Turkey in a way that necessitates constant cooperation and understanding with those on the other side. In this way borders do not represent a clean division, but rather a point of contact.

The border as a site of hope

Hardening borders are, in part, a consequence of the increasing securitisation of migration. This entire system is predicated on a dehumanised view of migration: those crossing the borders are not individual humans, but numbers. Migration does not have to be approached as a security threat – instead it could be seen as a humanitarian endeavour. A humanitarian approach to migration puts every migrant's individual humanity at the centre of migration policy by recognising and upholding their human rights.

The Universal Declaration of Human Rights guarantees a person's right to leave one's country and the right to seek asylum, but no parallel right to be welcomed by another state. Facing the number of people who are claiming their agency to enjoy their rights to leave their country or to seek asylum, it is up to governments in Europe to volunteer a humanitarian response of hospitality rather than hostility.

One crucial aspect of this is creating safe and legal migration routes. It means recognising the agency of every person who crosses a border, and treating them with dignity rather than considering them as abstract numbers to be shuffled from place to place.

Migrants themselves imagine the borders of Europe as a site of hope. The resilient hope of migrants is evidenced by their refusal to leave border zones and points of transit. Migrants maintain the hope that eventually they will be able to cross those borders to reach something better that waits on the other side.

Fonte: <https://www.opendemocracy.net/mediterranean-journeys-in-hope/janina-pecinski/limits-of-borders> - 06.05.2016

The rise and rise of the border wall

There is a gap between rhetoric and reality when it comes to this geopolitical tool of choice.

James Denselow

Speaking last month, Jean-Claude Juncker, the European Commission president, claimed that national borders are "the worst invention ever", yet despite the promises of globalisation leading us towards a borderless world they are instead becoming more rigid than ever.

The development of borders as increasingly physical barriers is largely a response to global security and migration challenges. Some prominent examples include Saudi Arabia building a wall along its border with Iraq, India threatening to surround Bangladesh with a wall, Israel's barrier with the West Bank and the new walls that Syrians trying to leave the country face effectively trapping them in.

The construction of new expensive barrier walls is very much in fashion. This month, in response to the build-up of refugees and migrants near the French port of Calais, the British immigration minister announced the plans to construct a "a big, new wall" to deal with the issue.

A new era of Iron Curtains

Meanwhile the most famous example is the promise from Republican presidential candidate Donald Trump to build a wall along 2,000 miles of the US border with Mexico.

At a rally this month in Phoenix, Arizona, Trump said that he would build an "impenetrable, physical, tall, powerful, beautiful southern border wall" and that Mexico will pay for it "100 percent".

Back in 1987, US President Ronald Reagan went to divided Berlin and urged the Soviets to "tear down this wall", however it would seem that we are entering a new era of Iron Curtains.

What makes these phenomena more complex is that the non-state actors that make up much of the modern global security challenge, are not confined to bounded territory.

The Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) group for example made a particular example of tearing down the Iraq-Syria border sand berm when they captured the territory declaring it the "death" of the Sykes-Picot colonial agreement that drew much of the Middle East's borders.

The borders by which ISIL perceives its caliphate are fluid and cut across traditional international lines. This has led to the rise of reinforced internal

borders set by both governments and non-state actors.

In Iraq, the Green Zone was once symbolic of a US enclave within the country. Today blast walls still dominate and divide the Iraqi capital and earlier in the year the government announced that it had begun building a wall and a trench around Baghdad in a bid to prevent militant attacks.

Good neighbours, good borders

Meanwhile in the north of the country Iraqi Kurdistan is a state within a state in all but name, with its own borders, border force and defined, although contested, sovereignty.

Likewise, in Syria the internal borders of the country are best typified by the colourful ISW maps that show who controls what. Turkey has recently sent its tanks across the border to ensure as Prime Minister Binali Yildirim explained - "we will never allow the formation of an artificial state in the north of Syria".

Turkey had previously begun investing in a four-metre wall along sections of its shared border with Syria and is now claiming that its operation means that ISIL no longer shares a land border with NATO.

Bret Stephens wrote in the Wall Street Journal this month that the Lavrov-Kerry principle that "Syria should be a unified country" must be abandoned in favour of a Yugoslavia-esq partition.

I've not yet heard a Syrian voice in favour of partition however in a new European Council on Foreign Relations report Syrian journalist Jihad Yazigi explained that "Damascus will struggle to ever reassert control" and there is a need to explore "political decentralisation, including a special status for areas of high Kurdish concentration".

At present, Syria has de facto decentralisation with all sides looking to defend or expand on what they hold.

Good neighbours make good borders, not the other way round and we should be wary as to the effectiveness of this new trend towards large border walls and the emergence of more fortified internal lines. The emotional appeal of huge walls is the antithesis to the apparent free movement of our globalised world and functional-strategic issues such as border securitisation have been

transformed into a political-ideological football around wider issues of immigration and identity.

Interestingly, back in 2013 Donald Trump tweeted a quote from Isaac Newton that "we build too many walls and not enough bridges". His position today highlights the arms race in building walls and the gap between rhetoric and reality when it comes to this geopolitical tool of choice.

James Denselow is a writer on Middle East politics and security issues and a research associate at the Foreign Policy Centre.

The views expressed in this article are the author's own and do not necessarily reflect Al Jazeera's editorial policy.

Fonte: <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/09/rise-rise-border-wall-160907111325503.html> - 08.09.2016

The long crossing to Hungary: refugees between borders and barbed wire

"The journey has been so difficult, especially for my child," Noor, a 27-year-old woman from Afghanistan tells us.*

Todor Gardos and Alice Wyss

Noor is in Horgoš (Xoproш) on the Serbian-Hungarian border, a tented pre-transit camp beside a high barbed-wire fence. Each morning she joins hundreds of others, crowding around anxiously to look at a list, to see where their name is and how much longer they have to wait. It is a document which directs the fate of hundreds of people – some of them months into their journey, some of them years. This is the waiting list for refugees and asylum seekers trying to move on to Hungary and the European Union.

Noor asks to speak to us away from children who have, she says, already seen and heard too much.

"Life for us became very difficult...It was too dangerous for us to leave the house. We had to leave, we had no choice," she tells us.

Hers is an all-too-familiar story; they travelled over land from Afghanistan to Turkey, crossed by boat to Greece and became stuck in dreadful conditions there, before finally making their way northwards through Macedonia to Serbia.

Yet at the moment, they are merely names and numbers on an endless waiting list, surviving day-to-day. The camps are beside the border in Horgoš and Kelebia. These have become the 'pre-transit zones', where refugees who wish to apply for asylum in Hungary are forced to wait.

The only source of water is a couple of sinks and there is a line of portable toilets alongside the fence. There are no showers and no areas for children to play or adults to rest. Most of the families stay all day in their makeshift homes made around small tents in an attempt to escape the dirt and the baking sun. Some have carried their elderly mothers and fathers on their backs and in wheelchairs to reach Europe. We meet pregnant women on the brink of delivery, mothers with new-

born babies, entire families who've left everything to escape the destruction of their hometowns by the armed group that calls itself Islamic State (IS) or the Taliban.

These camps, first ignored – then patrolled – by the Serbian border police are currently home to some 600 people. In Horgoš more than 400 people, who are mainly Farsi speakers, in Kelebia 200 people whose first language is Arabic or Kurdish. Most of them are families with small children.

Having a common language eases communication inside each of the camps and has contributed to a calmer atmosphere for all. But the weeks of waiting are no less excruciating.

Makeshift processing posts in shipping containers run by the Hungarian authorities open very briefly each morning, allowing 15 people into each of the two transit zones. The lucky few selected are based on a list submitted by camp leaders and 'verified' by the Hungarian migration office. Various organizations create lists and surveys of the camp population, but there is no official screening of vulnerabilities or special needs.

Any errors on the lists can carry devastating consequences. E., an unaccompanied minor aged 17 from Afghanistan, travelled to the border with a family that provided him protection. However his name was not on the list of family members so, after 45 days of waiting and with no questions asked, he was returned to the camp (and the bottom of the list). He should have been on another list, officials said as they pushed him out the door.

In Kelebia, we meet a Kurdish family of seven from north-east Syria. "Have you heard of the big explosions in our city?" they ask us. "We decided to leave because Daesh (IS) came to our city, killed our men and kidnapped our women."

Earlier this year, they spent four months in the hell of the makeshift camp in Idomeni at the border between Greece and Macedonia.

The mother is about to give birth at any moment; whether in Serbia or Hungary, they do not know.

In Horgoš we meet a family of eight from Afghanistan. The youngest child is just three and swings on our arms as we talk, wanting to play. We hear that her mother is sick and in a lot of pain. She urgently needs treatment that she cannot get in the camp.

“We are so afraid,” her husband says, “we don’t know what to do”. They have been in Horgoš for almost a month and tell us they are number 127 on the list. With seemingly no way to cross any sooner

to access medical treatment they are left waiting, scared and unsure about what the future holds.

Those refugees who finally manage to cross the border into Hungary and enter the European Union will find that they have not reached a promised land. Instead they will be faced with many more difficulties and many more tears to dry.

Refugees should not need to risk their lives and go through hell to find safety in Europe; they need safe and legal routes to protection and to be treated with dignity.

*Noor’s name has been changed.

This article first appeared on New Internationalist magazine.

Fonte: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2016/08/the-long-crossing-to-hungary/>

11.08.2016

Migrant and refugee suffering on the central Mediterranean route: too much, too long

Despite the world’s media focus on the eastern Mediterranean route in the past year due to the high number of arrivals, the central Mediterranean remains the deadliest route into Europe.

Eliza Galos

Recent survey findings from the International Organisation for Migration (IOM) reinforce what numerous studies and media reports suggested over the past years: most migrants taking the central Mediterranean route into Europe are vulnerable to extreme exploitation.

The survey conducted with migrants and refugees who arrive in Italy monitors the experiences that indicate the presence of human trafficking and other exploitative practices, finding that 76% of respondents have answered positively to at least one indicator (out of five indicators for individual experiences). More than half of the migrants and refugees interviewed (54%) responded positively to at least 2 out of 5 indicators of human trafficking and exploitative practices. The survey was based on a sample of 1,346 migrants and refugees.

Reports about the suffering of people coming to Europe on this migration route are nothing new. The unsafe passage through Libya to Italy, for sub-Saharan migrants in particular, is also well-known. Data collected from smaller samples show slavery-like experiences reported by migrants. MHub, the inter-agency public platform, found that 90% of migrants that arrived in Italy on this route have experienced between three and nine different kinds of abuses on their journey. The MHub survey consists of a small sample of 122 migrants. A recent photo essay from Oxfam describes the

challenges for migrants, and individual stories refer to insecurities and vulnerabilities experienced both on their way to Italy and after arrival.

This IOM survey is one of the few quantitative studies that is rigorous enough to show that a very large proportion of migrants arriving in Italy have already been affected by what could amount to exploitation and even human trafficking. Rigorous because it is based on a relatively large sample of migrants passing through arrival hotspots in Sicily. The survey shows a high percentage of migrants who indicated that they suffered from experiences that can be placed on the whole spectrum of exploitation: from forced labour (47%) to being held against one’s will (over 50%), the latter including instances of kidnapping and detention by other entities than the state authorities. Torture was also reported. Most of the experiences mentioned happened in Libya, a country affected by instability that does not offer any guarantees of human rights protection.

The central Mediterranean is one of the most dangerous migration routes in the world – if not the most dangerous. Despite the world’s media focus on the eastern Mediterranean route in the past year due to the high number of arrivals, the central Mediterranean remains the deadliest route into Europe. Only in 2016, there have been 2,717 deaths up until August 12, in the attempt to cross

the sea towards Italy; the number of fatalities is about seven times higher than in the eastern Mediterranean.

Those who make it to Europe are almost all clearly very vulnerable to abuse, exploitation and human trafficking on this route. Furthermore, migrants remain vulnerable after they arrive in Europe. For example, it is estimated that about 80% of the Nigerian women who arrive in Italy are trafficked. They are directly taken by traffickers from Italian reception centers where migrants arriving on the boats are placed, and then forced into prostitution. In 2006, L'Espresso investigated and reported the abuses of migrants working in agriculture in the south of Italy. Ten years later, investigations of other journalists reveal that the abuses of migrants continue, in the same regions and industries.

No easy answers

There is no easy answer to changing the current circumstances of migrants taking the central Mediterranean route. Poverty and insecurity in most of the countries of origin remain important push factors. Therefore, more investment in coherent development policies in countries of origin, with options for employment and education, or legal migration in other, safer countries in Africa, Europe and beyond are parts of the solution.

On the rest of the migration route, a human rights-based approach can improve the protection of migrants. A common approach of origin, transit and destination countries in relation to the management

of migration on this route would be ideal. The challenge is, however, that the migration journey on the central Mediterranean route is long, and takes migrants through many transit countries which have different capacities to respond to the challenges implicit in complex migrant flows. Undoubtedly, there is a need for investing in an increased capacity for organisations that undertake protection and information activities on the migration route – from Niger to Libya and Italy. For example, increased capacity of countries in the region for search and rescue operations for protection at sea need the support of the international community.

In particular, there is a need for more support, protection and options for migrants that choose Libya as a country of transit or destination. The safety and security concerns of migrants who get to Libya effectively push them towards Italy. New Mhub research shows that 80% of migrants, refugees and asylum seekers who arrive in Italy after taking the central Mediterranean route had not planned to go to Italy. However, humanitarian repatriation of vulnerable migrants from Libya, while necessary, is not enough. Voluntary return programs can play an important role in the protection of migrants that wish to return to their country of origin. Moreover, a legal option to move to neighboring countries would help alleviate the suffering of those trapped in a long, insecure and exploitative transit stage.

Fonte: <https://www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/elizagalos/migrant-and-refugee-suffering-on-central-mediterranean-route-too-much> - 18.08.2016

Thailand, Malaysia consider border wall to boost security

People-trafficking and the smuggling of contraband, including drugs and petrol, have flourished along the Thai-Malay border for years.

The leaders of Thailand and Malaysia agreed on Friday to boost security cooperation and consider building a border wall to combat transnational crime and smuggling, an idea that appears to be gaining popularity elsewhere in the world.

People-trafficking and the smuggling of contraband, including drugs and petrol, have flourished along the Thai-Malay border for years until a crackdown by Thai officials on human traffickers caused some of the routes to shut down last year.

Analysts say separatist insurgents operating in Thailand's deep south use Malaysia as a base to launch and plan their attacks.

Malaysian Prime Minister Najib Razak told reporters that security remained "a very important

matter" for both countries and there was an agreement to step up intelligence gathering and sharing to rein in cross-border terrorism.

"We both face security issues including the fight against terrorism, human trafficking and illegal smuggling, that is why we need to address these issues seriously," said Thai Prime Minister Prayuth Chan-ocha.

Najib said both sides had discussed the construction and extension of a border wall but details remained to be worked out.

"The matter is under consideration, but we need to determine the physical dimensions of the wall or fence as well as the sharing of the costs," he said.

The step reflects a controversial plan by US presidential candidate Donald Trump to build a wall on the border between the United States and Mexico, and get Mexico to pay the cost.

It remains unclear who will pay for the Thai-Malaysia wall, which the two countries first formally discussed last year. A fence already runs along parts of their 640-km (398-mile) border.

Najib's visit follows three deadly bomb attacks in southern Thailand over the past month, including a wave of bombings in tourist towns in August that Thai police linked to Muslim separatists.

Analysts say the attacks were carried out by a separatist insurgent group known as Barisan Revolusi Nasional after it was left out of peace talks between Thailand and another separatist umbrella group in Malaysia.

Thailand's three southernmost provinces of Pattani, Yala and Narathiwat were part of an independent Malay Muslim sultanate until Thailand annexed them in 1909.

Since 2004, Muslim separatists operating in the area have waged a bloody insurgency that has killed more than 6,500 people, says conflict monitor Deep South Watch.

"It is clear why Thailand is pursuing this wall," Srisompop Jitpiromsri, a director of Deep South Watch, told Reuters.

"They view it as a necessary step to combat these groups that cause violence."

Fonte: <http://indianexpress.com/article/world/world-news/thailand-malaysia-consider-border-wall-to-boost-security-3023621/> - 10.09.2016

ESPAÑOL

Bangladesh y la India ponen fin a una histórica disputa fronteriza

Bangladesh y la India han puesto fin a una histórica disputa fronteriza con el intercambio de 162 enclaves en suelo ajeno, abriendo la puerta a una nueva vida para las 52.000 personas que vivieron desatendidas durante décadas.

El traspaso de soberanías se oficializó después de la medianoche local, con el comienzo del mes de agosto, momento en el que los habitantes de estos territorios repartieron dulces, encendieron velas e izaron las nuevas banderas nacionales.

El intercambio concluye un enredo territorial junto a una de las fronteras más extensas del planeta que tenía su origen en decisiones de terratenientes tomadas hace más de tres siglos, durante el dominio británico, y que sucesivos gobiernos habían sido incapaces de corregir desde la partición del subcontinente indio en 1947.

Con escasas infraestructuras y servicios como hospitales o escuelas, sin poder elegir a representantes políticos o apenas recibir ayuda exterior, los habitantes de esas decenas de pequeños enclaves estaban en zona de nadie.

"Es un momento muy importante. A partir de hoy somos bangladesíes y nuestra situación mejorará", dijo a Efe el secretario del Comité de Coordinación de Enclaves, Mainul Haq, desde Dashiar Chhara,

hasta ayer un enclave indio en Bangladesh y desde hoy parte del distrito bangladesí de Kurigram.

En las últimas semanas, las autoridades de ambos países realizaron un censo, según el cual 979 personas de los más de 37.000 residentes de las 111 parcelas indias en Bangladesh han decidido reubicarse en la India, mientras que el resto han optado por quedarse como nuevos ciudadanos bangladesíes.

Por su parte, los 14.000 habitantes de los 51 enclaves bangladesíes en suelo indio han decidido permanecer en la India y adquirir esa nacionalidad.

Los ciudadanos que hayan optado por una reubicación tendrán hasta el 30 de noviembre para hacerlo y contarán con apoyo de Nueva Delhi y Dacca, que prevén destinar 468 millones de dólares y 25 millones, respectivamente, al desarrollo de los territorios que acaban de absorber, según los medios locales.

En un comunicado emitido anoche, el Ministerio indio de Exteriores aseguró que las poblaciones de estos territorios podrán a partir de ahora "acceder a servicios cívicos, educación, atención sanitaria y otros beneficios suministrados por los gobiernos".

"Estamos muy contentos. Nos han prometido que construirán una escuela y una carretera", explicó a Efe Abdul Hanan desde el ya exenclave indio de Bashkata, que perderá diez habitantes que han optado por emigrar al país vecino.

Como la mayor parte de los habitantes de estos lugares, Abdul se dedica a la agricultura y cree que la nueva situación allana sus vidas en aspectos como la posibilidad de comerciar más fácilmente sus productos.

"La alegría de la gente corrobora que es un acontecimiento significativo. En realidad se trata más de un intercambio de población que de tierras", dijo a Efe el profesor de relaciones internacionales de la Universidad de Dacca Delwar Hossain.

Hossain argumentó que los territorios eran inutilizables para los países al estar en suelo ajeno, toda vez planes como el establecimiento de corredores a la frontera fueron desestimados.

Bangladesh y la India comparten una extensa frontera de más de 4.000 kilómetros, gran parte de los cuales han sido vallados desde la década de 1980 por Nueva Delhi para frenar el contrabando y la inmigración indocumentada.

¿Quién tiene el poder de crear fronteras?

Las migraciones masivas y la multiplicación de las barreras entre países invitan a una reflexión sobre las fronteras en el mundo global

Saskia Sassen

Las viejas fronteras seguirán existiendo, pero el factor estratégico hoy es quién tiene el poder de crear fronteras.

Ha habido muchas épocas en las que los territorios estaban sometidos a múltiples sistemas de gobierno. Desde esta perspectiva, los 20 últimos años de globalización son seguramente el periodo más normal. El más excepcional es aquel en el que se fortaleció el Estado nacional. El refuerzo gradual de la autoridad del Estado nacional sobre su territorio se produjo sobre todo a partir de la I Guerra Mundial, y su aparición contribuyó, al mismo tiempo, a la elaboración de las categorías que hemos venido usando en el análisis, las técnicas de investigación y la construcción de datos en las ciencias sociales, que nacieron en su mayoría en esa fase de formalización de los Estados soberanos. Pero esto fue posible, al menos en parte, gracias al ascenso de varios Estados nacionales hegemónicos que tenían

Las relaciones bilaterales han sido tradicionalmente volátiles, vinculadas al signo político de los gobiernos en Dacca, pero en los últimos años atraviesan una renovada fase de bonanza.

"Pasos como éste contribuyen a la expansión de los lazos", subrayó Hossain, que recordó que recientemente ambos países han acordado impulsar la "interconexión", con la construcción de nuevas líneas de ferrocarril y la apertura de vuelos, trayectos de autobús o conexiones marítimas adicionales.

La semilla del acuerdo fronterizo fue plantada en 1974, al poco de independizarse Bangladesh de Pakistán, pero el pacto quedó enterrado durante décadas hasta que en 2011 Dacca y Nueva Delhi lo revalidaron.

El pasado mayo, el Parlamento indio aprobó una enmienda constitucional para aplicar el pacto y un mes después se ratificó el acuerdo durante una visita a Bangladesh del primer ministro indio, Narendra Modi. Igor G. Barbero

Fonte: <http://www.efe.com/efe/espana/mundo/bangladesh-y-la-india-ponen-fin-a-una-historica-disputa-fronteriza/10001-2678742> - 01.08.2015

impulsos imperiales, por no decir algo más duro. A la sombra de aquellos gigantes existían muchos Estados nacionales, pero su soberanía era más formal que real.

Hoy vemos cómo se abren las fronteras para dejar paso a tráfico de diversos tipos. Sin embargo, creo que lo importante hoy es quién tiene el poder de crear fronteras. Se han establecido nuevas geografías en territorios soberanos y en el espacio digital mundial. Estas son geografías que tienen sus propias fronteras, muy distintas de las del sistema interestatal. Nos enfrentamos a la difícil tarea colectiva de desarrollar nuevos esquemas teóricos y empíricos que nos permitan entender las múltiples relaciones entre terreno y envoltura institucional, en lugar de una relación única entre el Estado nacional y el poder soberano.

La vuelta de Europa a un debate y —en parte— una realidad de institución de fronteras, especialmente los muros físicos, en un momento

en el que millones atraviesan esos muros en el espacio digital, es un pronunciamiento peculiar. Pero es un pronunciamiento. Y lo debemos tener muy en cuenta, porque no se refiere, por ejemplo, al sector financiero, que tiene su propia autopista de entrada en todos nuestros países, en los que después obtiene beneficios del sector económico o el hogar más pequeño. Ni tampoco se refiere, por ejemplo, a los traficantes de la industria del sexo. No, a lo que se refieren estos muros es a los frágiles cuerpos de los seres humanos. A ellos sí que pueden detenerlos esos tipos de muros. Los países pueden construir una barrera, al menos durante un tiempo, contra los seres humanos, pero no contra agentes más poderosos y destructivos.

La modalidad de los Estados nacionales de plasmar el significado de fronteras fuertes tiene como consecuencia la simplificación de la frontera: ella queda reducida, en gran parte, a un hecho geográfico y el aparato institucional inmediato para controlarla, protegerla y gobernarla. Lo que aporta la globalización a esta situación es el desglose real y heurístico de la frontera, que en el discurso político se presenta como una condición unitaria.

La globalización de una amplia variedad de procesos está produciendo rupturas en el mosaico de regímenes fronterizos y contribuyendo a la formación de nuevos tipos de fronteras. Esas rupturas y esos nuevos límites empiezan a alterar el significado de la frontera y nos permiten ver que se extiende más allá de la línea geográfica marcada por los tratados internacionales y las instituciones vinculadas a ellos, como consulados y controles de inmigración en los aeropuertos.

Nos permite ver que las fronteras están formadas por muchas más instituciones y están en muchos más lugares de los que se suele pensar. Además nos ayudan a entender las características y los condicionamientos del régimen fronterizo que ha dominado hasta ahora, asociado a la nación-

Estado, que, si bien sigue siendo el régimen predominante, lo es menos hoy que hace solo 15 años. Estas transformaciones nos están ayudando a comprender hasta qué punto la historiografía y la geografía que se ocupan de la geopolítica de los dos últimos siglos se han elaborado sobre todo desde la perspectiva de la nación-Estado.

Quiero hacer hincapié en que en el debate sobre las fronteras debemos reconocer la formación de reordenamientos globales, solo en parte territoriales, que descomponen parcialmente el territorio del Estado soberano nacional. Estos reordenamientos van formando espacios protegidos para intereses privados —parciales pero encadenados— que atraviesan territorios nacionales donde antes lo que regía eran los regímenes fronterizos interestatales. Sí, se construyen muros físicos para impedir el paso de cuerpos de carne y hueso. Pero son muros fácilmente atravesados por agentes mucho más poderosos, de los ámbitos de las finanzas, las leyes y las ideas, para bien o para mal. En la medida en que el Estado, históricamente, ha tenido la capacidad de envolver su territorio con instrumentos legales, también tiene la capacidad de cambiar ese envoltorio; por ejemplo, desregular sus fronteras para abrirlas a empresas e inversiones extranjeras.

En mis investigaciones estoy estudiando cómo eso, a su vez, abre el territorio nacional a la inserción de un número cada vez mayor de espacios de poder protegidos con sus propios regímenes de nuevas fronteras en el interior de un país. El objetivo es capturar las complejidades de las fronteras, las múltiples instituciones y localizaciones que las constituyen y los nuevos tipos de frontera que nacen de nuestra dinámica global actual.

Fonte:
http://cultura.elpais.com/cultura/2016/05/05/babelia/1462465935_795759.html - 06.05.2016

Se duplica el número de familias de indocumentados que llegan a la frontera

Melvin Félix

Cuando en 2014 llegaron decenas de miles de jóvenes centroamericanos a pedir asilo en Estados Unidos, el presidente Obama declaró una crisis humanitaria y pidió ayuda al Congreso para manejar la oleada. Este año, una situación similar está surgiendo en la frontera, esta vez por decenas de miles de inmigrantes que llegan cada día junto a sus familias.

En solo seis meses, más de 32,000 inmigrantes fueron detenidos junto a sus familiares en la frontera sur de Estados Unidos, según cifras de mediados del año fiscal 2016 la Oficina de Aduanas y Protección Fronteriza. Es más del doble de los casi 14,000 que fueron detenidos a mediados del año anterior.

Las autoridades migratorias incluso detuvieron más familias entre el pasado octubre y diciembre que las que detuvieron en ese mismo periodo durante los cuatro años anteriores combinados.

“En 2014 vimos muchos más niños no acompañados”, dijo a Univision Noticias el jefe de la Patrulla Fronteriza en el valle del Rio Grande, Manuel Padilla. “Ahora lo que estamos viendo son más unidades familiares, ya sea la mamá con dos hijos, el papá con dos o tres hijos, o la mamá y el papá”.

La gran mayoría de estas familias viene de Centroamérica: entre los detenidos en la primera mitad del año fiscal, 11,093 eran de El Salvador, 9,720 de Guatemala y 8,065 de Honduras, mientras que 1,644 eran de México.

Aunque en el camino a algunos le roban su dinero o intentan violar a sus hijos e hijas, las familias de Centroamérica vienen cada vez más a buscar una nueva vida en Estados Unidos.

“Todos quieren abusar de uno, ya sea hombre o mujer”, dijo en abril una mujer inmigrante cuyo testimonio compartió la Patrulla Fronteriza con Univision Noticias. “Hacen lo mismo, tratan de humillarlo (a uno) por el simple hecho de que uno viene inmigrando”.

Más presupuesto para migración

Si continúa la tendencia, el número de familias detenidas este año podría superar al de 2014, cuando las autoridades detuvieron a 68,445 unidades familiares en la frontera. La mayoría de los inmigrantes detenidos ese año fueron detenidos en la segunda mitad del año fiscal, entre abril y septiembre.

Reabierto la frontera entre Venezuela y Colombia

Andreina Flores

Este sábado se abrió el paso peatonal por la frontera binacional, cerrada hace un año por orden de Caracas. Los ciudadanos de ambos países pueden ya cruzar por hasta cinco puntos fronterizos. Decenas de venezolanos esperaron buena parte de la madrugada para llegarse hasta la colombiana Cúcuta y aprovisionarse de productos básicos y medicinas.

La reapertura progresiva de la frontera entre Colombia y Venezuela empezó este sábado con la rehabilitación de 5 pasos peatonales en los estados venezolanos de Táchira, Apure, Zulia y Amazonas.

Las autoridades detuvieron a más familias inmigrantes en los primeros cuatro meses del año fiscal 2016 que en los mismos meses de 2014, cuando Obama pidió 3,700 millones de dólares al Congreso para lidiar con el gran flujo de centroamericanos al país.

Cuando llegan a pedir asilo a Estados Unidos, cada familia comienza un proceso judicial que puede durar meses o años. Algunos llegan con historias de horror que sufrieron durante su travesía.

“Es la primera vez que nosotros viajamos y fue horrible”, dijo otra mujer, quien dio su testimonio la semana pasada tras llegar con su prima y su sobrina. “No se lo deseo a nadie. (Un coyote) quería abusar de la niñita de mi prima. Mi prima le dijo que no, que primero muerta antes de que tocara a su hija. yo me puse a llorar”.

La cantidad de familias detenidas a mediados de 2016 es tan alta que, en solo seis meses, ya se acerca a la cantidad detenida en todo el año fiscal 2015, cuando unas 39,838 personas fueron detenidas junto a sus familiares en las nueve zonas que conforman la frontera.

La alta tendencia de detenciones también se ha registrado entre los menores de edad que llegan sin compañía adulta a la frontera.

La Patrulla Fronteriza reporta que en el año fiscal 2015 detuvo a 39,970 niños migrantes, y en el primer semestre del año fiscal 2016 la cifra ya alcanza los 27,754. En enero, el jefe de la seguridad nacional de Estados Unidos, Jeh Johnson, advirtió al Congreso que el gobierno estima que este año arrestará a unos 75,000 niños migrantes.

Fonte: <http://observatoriocolef.org/?noticias=se-duplica-el-numero-de-familias-de-indocumentados-que-llegan-a-la-frontera> - 13.05.2016

A las 6 de la mañana de Venezuela las autoridades abrieron el paso por cinco puntos en estos estados. Reporteros de la AFP constataron que a primera hora la afluencia de peatones por el Puente Simón Bolívar en Táchira fue baja, pero con el paso de las horas se formaron filas cada vez más largas de venezolanos que intentaban cruzar hacia la ciudad colombiana de Cúcuta, en el departamento Norte de Santander.

"Por aquí ha habido una afluencia normal de personas de acuerdo a los procedimientos", declaró el mayor general venezolano José

Morantes Torres, autoridad militar de la zona, a la televisora gubernamental desde el Puente Simón Bolívar. Morantes apuntó que ambos gobiernos acordaron facilitar que "el movimiento de personas sea de la manera más rápida, con celeridad pero también con controles".

Las autoridades venezolanas entregan planillas a sus ciudadanos en los puestos de control habilitados para registrar la salida del país, y este documento debe ser sellado luego por sus pares colombianos para legalizar el cruce.

Un primer paso hacia la normalización de la frontera

Los presidentes Nicolás Maduro, de Venezuela, y Juan Manuel Santos, de Colombia, acordaron el jueves habilitar el paso peatonal en la frontera durante 15 horas diarias. "Será una apertura

transitoria mientras vamos aprendiendo y acoplando las decisiones para que cada paso que demos sea certero, positivo", dijo Santos.

Maduro ordenó cerrar la frontera el 19 de agosto de 2015, a raíz de un ataque armado contra una patrulla militar venezolana que dejó tres heridos y que atribuyó a paramilitares colombianos. La frontera binacional, de 2.219 km, está afectada desde hace varios años por el contrabando y bandas criminales ligadas al narcotráfico, según las autoridades.

Por ello, Maduro y Santos acordaron también intercambiar información aduanera para enfrentar el contrabando de combustible, uno de los motivos que también adujo Maduro para el cierre.

Fonte: <http://es.rfi.fr/americas/20160813-reabierto-la-frontera-entre-venezuela-y-colombia> - 13.08.2016

Migrantes en la frontera: "Vivimos en un infierno"

Dánae Vilchez

Son las seis de la mañana en Peñas Blancas, la frontera entre Nicaragua y Costa Rica. Los rayos de sol aún son tenues y el cielo mantiene un tono azul grisáceo. Joel Pérez, de pie, dentro de un gran charco y con el torso desnudo, lava una camisa rosada y azul y enrolla el ruedo de su bluyines para no mojarlos. Logra restregar con dificultad la prenda en sus manos y se agacha para enjuagarla en un pequeño grifo. Un frondoso árbol lo protege de la leve brisa que cae, mientras unas treinta personas hacen fila para llenar pequeños contenedores con agua.

Joel dice venir de Angola, pero su acento de español caribeño podría delatarlo como haitiano. Tiene un mes y ocho días varado en el antiguo parqueo de camiones Deldú, a 800 metros del puesto fronterizo desde el lado costarricense. El gobierno de Nicaragua cerró el paso para miles de migrantes, y más de mil personas han acampado aquí, en aproximadamente dos manzanas de tierra, rodeadas de matorrales y muy cerca del río Sapoá. Según estimaciones de las autoridades de Costa Rica se trata de más de 1500 personas, entre ellos unos doscientos niños.

Hace un par de días Joel fue abordado por un 'coyote', que le prometió ayudarlo a cruzar la frontera por la suma de mil dólares. Joel aceptó. En el trayecto, su guía se convirtió en asaltante, le robó todo lo que tenía y lo golpeó. Tuvo que buscar la manera de regresar solo al campamento. Se

quedó únicamente con la ropa que ahora restriega afanosamente.

"Nosotros en nuestro países no vivimos así, las condiciones de vida aquí en la frontera son bastante difíciles. Muchas personas no tenemos dinero ni para comer. Para bañarse es difícil, porque no hay agua. Aquí donde estamos hay mucho lodo, mucha basura y hay un vaho (olor) horrible... El 'coyote' me quitó el dinero, caí y me ensucié toda la ropa. Yo no pensé que iba a durar tanto tiempo aquí", relata Joel.

El migrante cuenta que dejó la ciudad de Luanda hace tres meses. Varios de sus familiares se encontraban desde hace varios años en Brasil, trabajando en obras de construcción. Llegó a Sudamérica pero encontró una crisis política y a las empresas en proceso de cierre. Buscando una nueva meta apostó por emigrar a Estados Unidos. Atravesó Perú, Ecuador, Colombia y Panamá hasta Costa Rica, en donde se ha enfrentado con el mayor de los obstáculos.

"En Costa Rica nos dieron un papel y pensábamos que con ese papel se llegaba a la frontera y pasábamos a Nicaragua, pero no hemos podido cruzar. Pedimos que Nicaragua, al igual que hacen Panamá y Ecuador, nos deje pasar aunque sea por tres, cuatro días. No nos queremos quedar ahí, solo atravesar hacia Estados Unidos", propone Joel.

La vida en el parqueo 'Deldú'

La realidad de miles de migrantes africanos y haitianos que se encuentran en Costa Rica es cada vez más complicada. Los migrantes aseguran venir de Haití, Senegal, Congo y Togo, entre otros países. Según las Naciones Unidas, pertenecen a la lista de los Estados más pobres del mundo.

Sin embargo, es difícil constatar el origen de todas las personas. La mayoría no tiene pasaporte. Muchos haitianos asumen otras nacionalidades, creyendo que identificarse como africanos dificultaría los procesos, en caso de deportación. Sin embargo, el acento español dominicano los delata. Las autoridades costarricenses aseguran que más del 90% de las personas varadas en la frontera norte son originarios de Haití.

Josle Pierre es uno de los pocos que se atreve a reconocerse haitiano. Viene de Jacmel, la tercera ciudad en el país más pobre de la región. Dejó allá a un hijo, una esposa y a sus padres. Su primera parada fue la República Dominicana, de ahí viajó a Ecuador y a Brasil en busca de empleo.

“Yo pasé nueve meses en Brasil recibiendo dinero de mi familia para pagar casa. Todas las empresas estaban cerrando. Salí de Brasil y fui a Ecuador, luego pasé pa' Colombia. Pasé cinco días en el monte con todos los animales y los peligros para cruzar a Panamá. 'El Señor' me dio la oportunidad de llegar hasta aquí, pero me encontré con las puertas de Nicaragua cerradas”, cuenta Josle.

Desde finales de 2015, Nicaragua cerró sus fronteras para migrantes cubanos, y posteriormente para africanos y haitianos que les siguieron los pasos. El argumento oficial es que se trata de un asunto de seguridad nacional. Al mismo tiempo, miles de personas siguen cruzando océanos y selvas para llegar al continente americano.

La mayoría inicia su periplo en Brasil, que en años pasados experimentó un auge de puestos de trabajo por las construcciones de los juegos olímpicos y el campeonato mundial de fútbol. Con las obras terminadas y una crisis política en desarrollo, el mercado laboral decreció y para muchos migrantes Norteamérica se convirtió en el destino predilecto.

En el parqueo Deldú viven más de 1500 personas en tiendas de campaña. A veces en una sola debe caber una familia de cuatro personas, incluyendo los niños. El gobierno costarricense les ha colocado servicios sanitarios portátiles y unos toldos gigantescos de color blanco que cubren gran parte del lugar.

El abastecimiento de servicios básicos se vuelve complicado a medida que llegan más migrantes. Hay pocos grifos de agua, las filas son interminables y las cocinas compiten por espacio al lado de la basura. Los baños llevan días sin limpiarse y desprenden un olor fétido que irradia por todo el lugar. Las conexiones de energía están saturadas de cargadores de celulares, la posesión más preciada para la mayoría. Aún con ambiente de camaradería, la inseguridad se percibe y muchos prefieren cargar con sus mochilas por todos lados.

Los más desafortunados ni siquiera tienen una casa de campaña donde dormir, una champa de plástico negro y una sábana gruesa son su único refugio. Por las noches, las mujeres se quejan que hay serpientes e insectos grandes, además de enjambres de mosquitos que llenan de piquetes a los más pequeños. Cuando la lluvia arrecia, no hay techo que los salve.

Ruth y su hijo de tres años, Tangi, han sufrido las dificultades del hacinamiento y la insalubridad. “Desde el día que yo llegué mi bebé está con diarrea. Se le pasa y vuelve a recaer por falta de tratamiento. Cuando está lloviendo, la casa de campaña no sirve para nada. Yo como mamá no puedo perdonar una cosa así, ya que mi bebé se está muriendo por aquí”, expresa desesperada.

Ruth asegura ser de la República Democrática del Congo. Con su niño en brazos cruzó la selva del Darién, entre Panamá y Colombia, conocida como “El Tapón” por su impenetrable naturaleza. Con todo ello, la muralla impuesta por el gobierno nicaragüense sigue siendo aún más complicada de traspasar. Ella interpela “al presidente y a la mujer del presidente” y dice: “Dejen trabajar su corazón. Hay muchas mamás por ahí en Nicaragua, muchos papás también. Por favor, solo déjenos cruzar la frontera”, suplica.

Lionel Gentilise dice que nació en Brazzaville, en Congo. Habla como si declamara en un español claro y directo. “Nosotros estamos pasando graves calamidades. Yo esto lo veo como si estuviésemos viviendo en el infierno. Aquí no tenemos agua ni para beber, mucho menos para bañarnos. La gente no tiene plata ni para darle de comer a los bebés. Le pedimos auxilio a usted, presidente de Nicaragua, Daniel Ortega. Si no hace algo lo más pronto posible hay gente que morirá de hambre”, recita.

Las horas en el campamento

Jessica Paora tiene 37 años y ocho meses de embarazo, de los cuales, los último tres los ha

pasado en Peñas Blancas. Hace un año llegó a Brasil. Cruzó Colombia a través del territorio marítimo y también caminó por la selva del Darién. Ahora dice estar viviendo los peores momentos de su vida. “Dormimos tirados ahí en el piso, pasando sol, calor y hambre. ¡Qué miseria más terrible!” declara.

En el campamento, no hay mucho que hacer. No hay un liderazgo visible y cada jefe o jefa de familia vela por su núcleo más cercano. En el día, las mujeres cocinan, mientras la mayoría de los hombres rellenan los baldes de agua y ayudan a otros a montar sus carpas. La mayoría subsiste por pequeñas remesas enviadas por familiares que ya se encuentran en Estados Unidos. Todos coinciden en que reciben lo justo para poder comer.

El municipio de La Cruz es el más cercano a la frontera. En sus calles se pueden ver a los africanos y haitianos caminando en pequeños grupos, comprando comida en los supermercados y haciendo fila en el Western Union, la transnacional de envío de dinero. La mayoría posee un celular que les permite mantenerse en contacto con sus seres queridos.

“No recibimos ninguna ayuda especial. Hay algunas personas con voluntad que nos regalan algo. Pero si uno no tiene nada se pasa hambre y pena. Aquí nos ayudamos entre nosotros mismos, por ejemplo, si alguien tiene un pedacito de pan lo comparte, sobre todo con niños y mujeres embarazadas”, expresa Kesno Dosus, uno de los habitantes del campamento.

Los coyotes y el sobreviviente de Sapoá

Tantos meses en un limbo llevan a muchos a la desesperación. Caen en las redes de tráfico de personas, los ‘coyotes’ se aprovechan estafando a una gran cantidad de migrantes. En la total indefensión y sin nadie a quien acudir, solo les queda mantenerse alerta.

“Vienen personas que dicen, yo me llamo fulano, yo voy a hacer un viaje, 1200 dólares y 1000 dólares. Cuando les damos el dinero nos dejan en el monte y nos quitan el dinero. Los ‘coyotes’ también han violado mujeres. Estamos sufriendo”, relata Kesla, una mujer de 25 años que asegura provenir de Congo.

Algunos ‘coyotes’ si cumplen su palabra, pero en Nicaragua las condiciones tampoco son fáciles. En la primera semana de agosto diez personas, nueve hombres y una mujer, murieron ahogados en el Río Sapoá. Los reportes policiales apuntan que ingresaron por puntos ciegos para esquivar los

retenes militares. Un día después, sus cuerpos fueron recuperados en orillas del lago Cocibolca, cerca del municipio de Cárdenas, en Rivas. Los fallecidos no portaban consigo pasaportes o documentos de identificación.

Aleen Trema es haitiano y pagó a un coyote mil dólares para cruzar la frontera. En el trayecto, sobrevivió a la tragedia, y es el primero en relatar cómo sucedieron exactamente los hechos. “Los coyotes eran un ‘costarricense’ y un nicaragüense. El ‘costarricense’ nos dejó en las manos del nicaragüense. Nos subieron a un bote en el río, éramos dieciséis personas y era de noche”, cuenta Aleen.

El bote avanzó sin ningún problema por algún tiempo. En medio de la corriente, la madera de la lancha se partió en dos y todos cayeron al agua. Aleen solo pudo ver y oír a sus compañeros de viaje sucumbir. “No sé nadar lo suficiente para ayudar a otros, solo pude salvar mi vida. Estaba asustado, todo mi cuerpo temblaba por las personas que se ahogaban y por mí también”, relata el sobreviviente.

Aunque no se han conocido oficialmente las identidades de los fallecidos, Irlanda Bien-Aime, haitiana y residente en Estados Unidos, asegura que cinco de los cuerpos pertenecen a sus familiares; Romane Fatjam Domani, de 26 años; Derisma Olgins Fatjam, Skeezy Civil, Claudy Djoudjou Joseph y Viergeleine Valery. Todavía se desconoce la identidad de las otras cinco personas.

Irlande asegura que a estas alturas nunca fue contactada para repatriar a sus familiares y que al intentar comunicarse con el Instituto de Medicina Legal, los representantes gubernamentales le explicaron a la empresa que contrató para servicios funerarios que los cuerpos no habían sido conservados y por ello era imposible la repatriación.

“Mi familia y la mayoría de los haitianos no creemos en la cremación. No sabemos qué harán con los cuerpos. Vi la foto y el cuerpo de Romane estaba lleno de sangre. Ni siquiera sabemos que dice la autopsia”, declara Irlanda.

Para suerte de Aleen, su vida no terminó en ese accidente. Logró nadar hasta llegar a tierra firme. En Nicaragua, su dominio del idioma español le permitió moverse fácilmente, pero al llegar a Las Manos, frontera con Honduras, su sueño se vio nuevamente truncado.

“Yo tuve que nadar y nadar, después caminé mucho. Yo llegué a la frontera de Honduras y miré el rótulo “Bienvenidos a Honduras”. Ahí la policía

nicaragüense me agarró y me devolvió para Costa Rica”, relata Aleen.

Centenares de personas han sido deportadas ya por el gobierno nicaragüense hacia el país del sur. Una de las cosas que más resienten haitianos y africanos es el racismo de las autoridades nicaragüenses.

“El ejército de Nicaragua nos llaman ‘macacos’. El día que me deportaron me dijeron “vaya a la casita donde viven los macacos”, pero nosotros no podemos decirles nada porque ellos fácilmente nos golpean”, describió el haitiano.

La coordinación regional y la ausencia de diálogo

Según estimaciones del gobierno Costarricense, más de 5600 personas han cruzado su país rumbo a Estados Unidos. En su frontera norte, han ubicado dos albergues temporales que atienden a aproximadamente 400 migrantes.

Uno de ellos se ubica en Las Vueltas, en el pequeño poblado de San Dimas. La mayoría de la población en este centro son haitianos, aunque también hay un pequeño grupo de africanos. Las condiciones de vida son radicalmente mejores que el campamento de Deldú y aunque no son óptimas, los colchones, la comida y el agua potable están disponibles para todos.

“Al igual que con los cubanos este caso es atípico para nosotros. Desde el punto de vista humanitario tratamos de darles atención con un mínimo básico para sobrevivir”, dice Oscar Cid, vicealcalde de La Cruz, quien coordina todos los esfuerzos de apoyo en la zona.

El ministro de Comunicación de Costa Rica, Mauricio Herrera, explica que en su frontera sur el trabajo es más intenso, pero se comparte con Panamá, país con el que mantienen un diálogo abierto. Esta coordinación les ha permitido ejecutar planes conjuntos y tener el mayor control posible de las personas que entran a sus territorios. Ambos países han acordado tomar medidas más restrictivas para el ingreso de migrantes, pero no descuidan los aspectos humanitarios. No obstante con Nicaragua, revela Herrera, la coordinación no ha sido posible.

“Lamentablemente no ha habido contactos acerca del tema migratorio, Costa Rica tiene la posición de que para resolver esta situación, se requieren acuerdos regionales entre todos los países, porque si no, se los estaríamos entregando a las redes de

trata de personas”, plantea el ministro desde San José, en entrevista vía telefónica con Confidencial.

“No somos terroristas, déjenos pasar”

Miles de migrantes creen que en Estados Unidos encontrarán las puertas abiertas para trabajar y mejorar sus condiciones de vida, aunque no necesariamente será tan fácil el ingreso a ese país. Los haitianos y africanos no tienen a su favor una política como la de “Pies secos, pies mojados” que protege a cubanos inmediatamente que tocan tierra o aguas estadounidenses.

“Estados Unidos no rechaza a nadie, es la mejor nación del mundo, ahí podré vivir en libertad y buscar tratamiento. Estoy enfermo y en los hospitales de mi país no me han encontrado solución”, dice Tabit Rodulf, un ingeniero proveniente de Camerún que por el momento reside en el albergue de San Dimas.

Hace dos semanas el gobierno nicaragüense se pronunció oficialmente sobre la crisis migratoria. En un documento emitido con sello de Cancillería asegura que “se está trabajando por un tránsito seguro de migrantes” y habla de la coordinación entre instituciones como la Policía y el Ejército, pero no especifica cuáles serán las acciones.

Martha Cranshaw, de NicasMigrante y representantes del Servicio Jesuita para Migrantes, coinciden que ya la problemática alcanza niveles de emergencia humanitaria y claman por una salida que involucre acuerdos regionales.

En municipios de Rivas, en Nicaragua, ya se han activado grupos de personas que suplen algunas necesidades para los migrantes que logran cruzar y son deportados por la Policía. En San Juan del sur, centenares de personas marcharon exigiendo la apertura de fronteras y el cese del hostigamiento de los militares nicaragüenses.

Mientras, en Peñas Blancas, Aleen y sus compañeros abogan por que el gobierno del comandante Ortega cambie su política y escuche sus peticiones. “Nosotros estamos pidiendo al gobierno nicaragüense, a Daniel Ortega, que nos ayude, no somos terroristas, no somos narcos, no somos ladrones, no somos violadores, somos humanos que intentamos buscar una mejor vida para nuestra familia en los Estados Unidos. Si él es padre de familia, ¿por qué no quiere ayudarnos?”, pregunta Aleen.

Fonte: <http://confidencial.com.ni/migrantes-en-la-frontera-vivimos-en-un-infierno/> - 19.08.2016

La migración no 'tiene marcha atrás' ni 'se detiene con muros', advierte OIT

El director regional para América Latina y el Caribe de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), José Manuel Salazar, afirmó hoy que hay 232 millones de migrantes y que este fenómeno no tiene "ni marcha atrás" ni "se detiene con muros".

"Son como un gran país, de los más grandes, que anda por ahí buscando oportunidades de trabajo y van a seguir creciendo, no tiene marcha atrás, no se detienen ni con muros ni con ese tipo de medidas", dijo en entrevista con Efe tras presentar el informe "La migración laboral en América Latina y el Caribe" en la Ciudad de México.

El documento, que evalúa la situación de la migración en esta región, sus corredores y políticas públicas, entre otros temas, identifica que en el mundo hay 232 millones de migrantes, de los cuales 150 millones son trabajadores.

Según Salazar, el fenómeno migratorio es un problema común que no puede resolverse "unilateralmente", sino mediante la cooperación y acuerdos de los países implicados.

"No es un flujo de mercancías, es un flujo de gente que el sistema de Naciones Unidas protege con derechos humanos y laborales", recordó el titular para América Latina de esta agencia de la ONU de 187 Estados miembros.

Sobre las propuestas del candidato a la Presidencia de EE.UU. del Partido Republicano, Donald Trump, muy polémico por sus declaraciones en contra de la migración ilegal o el reforzamiento del muro con México, Salazar declinó hacer comentarios alegando que la opinión que cuenta será la del pueblo estadounidense en los comicios.

No obstante, recordó que la OIT -que conforman tanto Gobiernos como trabajadores y empleadores- reconoce que los flujos migratorios se generan, en gran parte, por motivos laborales, y es desde esta perspectiva desde donde se debe abordar el fenómeno y no desde el control fronterizo o la seguridad nacional.

Fonte: <http://www.elcomercio.com/actualidad/migracion-muros-mundo-donaldtrump-oit.html> - 30.08.2016

Níger: la nueva frontera europea

La Unión Europea intenta frenar los flujos migratorios irregulares hacia el continente con inversiones millonarias en países como Níger, convertido en la última barrera de la fortaleza

Oriol Puig

La imagen de Aylan, el pequeño niño kurdo muerto a orillas del mar Mediterráneo en 2015, conmocionó al mundo por la impasividad de la comunidad internacional ante una guerra que desangra Oriente Próximo. El desierto del Sahara, sin embargo, sirve de fosa común a centenares de Aylanes sin que la impavidez de los actores internacionales ruborice a la gran mayoría. Un número inexacto de rostros invisibles yace bajo la arena africana tras sucumbir a muros imaginarios y otrora inimaginables que acortaron su travesía. Europa se repliega por el Este con acuerdos como el de Turquía, pero también por el sur, donde se esfuerza a base de inversiones millonarias en controlar los flujos en circulación por el Sahel.

La Organización Internacional para las Migraciones (OIM) estima que cerca del 90% de las personas llegadas a Libia transitarán por Níger este año, en un momento de revitalización de la ruta marítima desde el país magrebí, en la que ya han muerto alrededor de 3.000 personas en lo que va de año,

los peores datos conocidos en un periodo tan corto de tiempo. El país saheliano se convierte así en un enclave de importancia geoestratégica, vital para Europa y prioritario en su lucha contra la migración irregular y el tráfico de personas. Por eso, precisamente, es el mayor beneficiario del mundo en ayuda europea por habitante en 2016, según el embajador de la UE en el país, Raul Mateus.

La Unión Europea es el principal socio del considerado país más vulnerable del planeta, según la ONU, y trabaja para "crear condiciones de vida dignas, desmantelar el tráfico y controlar las fronteras", apunta su representante. Níger funciona así como el nuevo confín de la fortaleza cada día menos fuerte de Europa. Si antes fueron Gaddafi y otros dirigentes autoritarios quienes se abonaron a la rentabilidad de erigirse como gendarmes de las migraciones, ahora nuevos cabecillas aprehendieron la elección, conscientes de su progresiva relevancia y de las necesidades de sus pueblos maltratados, histórica y paradójicamente,

por los que ahora se presentan como financiadores ansiosos de barreras.

El Gobierno de Níger reclama más de 1.000 millones de euros para luchar contra la migración clandestina, mientras la Unión Europea ya desembolsó el pasado año 1.150 millones de euros, gran parte destinada a combatir los desplazamientos clandestinos. El máximo objetivo del viejo continente, en palabras de su embajador, es “dar alternativas a la gente para que pueda quedarse y no caigan en el anzuelo de los extremistas”. La perspectiva de desarrollo y seguridad guía la tarea de la Unión en un contexto de inestabilidad regional y expansión de grupos yihadistas tanto en el norte como en el sur del territorio, con ataques casi diarios del temido Boko Haram, y la fuerte y rápida penetración de la ideología salafista en toda la zona. Para enfrentarse al reto, Europa acaba de renovar el mandato de su misión civil de refuerzo y formación de operativos contra células terroristas. A su vez, trabaja también con la OIM para sensibilizar a favor de una migración “regular” y proyectos de retorno y reinserción en el país de origen. La responsable de programas de la organización en Níger, Fatou Ndiaye, asegura que dan asistencia a quienes lo necesitan, respetando el derecho universal a la circulación, y basándose, por tanto, “en la voluntad individual” a adherirse a sus acciones.

El esfuerzo internacional, explicitado en la Cumbre europea de la Valeta en 2015, para disuadir y frenar los flujos a través del fomento del desarrollo es diáfano, aunque el axioma es rebatible. Algunas dudas afloran en una mesa redonda en Niamey, donde actores de la sociedad civil nigerina, como Radio Alternative, defienden la libre circulación de personas y reclaman el cumplimiento de los protocolos regionales e internacionales que la estipulan. Otros, como el responsable de migraciones de la cooperación suiza, Serge Oumow, cuestiona la máxima extendida de pensar que “cuanto más desarrollo existe, se producen menos migraciones”. Buena parte de la bibliografía académica sustentan su teoría al enmarcar los flujos en variables amplias más allá de aspectos económicos y de seguridad. También lo hacen intelectuales como el burkinés Antoine Sawadogo, quien pide a los organismos “no temer a la migración, sino acompañarla”. Las complejidades de los procesos migratorios se ejemplifican en los titulares diarios que certifican el único proverbio confirmado hasta ahora: la historia de la humanidad se basa en las migraciones y ningún muro, desierto o mar impedirá que así siga siendo.

Dunas en movimiento

“Tengo muchos amigos en Europa que ayudan a la familia. Yo estaba en Guinea sin hacer nada y decidí emprender el viaje. Por muy mal que se esté allí, la situación nunca será tan difícil como la de África”. Directa y atronadora suena la revelación de Mahamadou, en una de las estaciones de buses de Niamey. Abou, por su parte, no sabe ni tan siquiera si su objetivo es Europa. “Somos conscientes de que allí hay maltrato y que la situación en Libia es difícil, pero el camino sólo lo marca Dios”. A su alrededor, Saidou asiente y revela entre lágrimas su mayor deseo: abrazar a su madre. Lo hará pronto, ya que en pocos días regresará a Senegal, su país de origen, tras ser torturado y encarcelado durante meses en Libia. Él es uno de tantos que decide regresar a casa tras no alcanzar lo que buscaba. No descarta volver a emigrar en el futuro, pero por ahora prefiere recular. Su camino de retorno y su sufrimiento se entrecruzan con la ilusión y la determinación de muchos de sus compatriotas en dirección al norte que, lejos de ablandarse con su historia, mantienen el arrojo “de salir a buscar”.

Unos vienen y otros se van. Cada uno procura por su proyecto, sin que la sensación de grupo, aunque temporal, deje de invadir el ambiente volátil del lugar. Por cercanía nacional y/o lingüística, se dividen las tareas con ordenación sorprendente. Algunos cocinan, mientras otros barren o preparan el té. La autorización de dos días para quedarse en el apeadero se ha convertido para algunos en una parada demasiado larga. Mohammed lleva un mes esperando encontrar financiación para continuar. Ibrahim, Saigou y Mamadou, en cambio, siguen aguardando la repatriación por parte de la OIM. Ellos no han pasado por el centro de tránsito de la organización en Niamey, puesto que su aforo está completo. Sí permanece en él la familia de Abdelaziz que, entre colchones en el suelo y algunos ventiladores, es informada de la posibilidad de acceso a una prestación de reintegración en su sociedad de origen.

Más allá de la capital, en Agadez, la ciudad histórica convertida en intersección de las principales vías africanas, cientos de migrantes se alojan en otro centro de la OIM. Con capacidad para 300 personas, el espacio a las puertas del desierto acoge a “migrantes fracasados en su proyecto migratorio o a los que se dirigen a Argelia y Libia” procedentes de países de la Comunidad Económica de Estados de África Occidental (CEDEAO), en especial de Nigeria, Gambia y Senegal, según su director, Azaoua Maman. Su

cometido es informarles de los peligros de la ruta para desaconsejarles, aunque sin demasiada fortuna en su empresa. Por lo que respecta a los retornados, se les ofrece cobijo durante 72 horas, cuidados psicológicos, sanitarios y tres comidas al día, mientras se prepara su regreso.

“Fui detenido en Argelia, soy albañil y mi objetivo era montar un restaurante en Tamanrasset”, asegura Bayfal, procedente de la ciudad santa de Touba, en Senegal. Como él, Emanuelle, de Camerún o Djemé, de Burkina, probaron suerte sin encontrarla en Argelia, un destino revalorizado tras la caída de Gaddafi y el caos en Libia. Entre ellos, miles de ciudadanos nigerinos y de Mali, países fronterizos, también cruzaron las dunas hacia ese destino, con desventura desigual, según las frecuentes informaciones sobre muertes de familias enteras a las que nadie pudo salvar. Tampoco la OIM, a pesar de contar con centros en Arlit y Dirkou —enclaves imprescindibles de los recorridos— y realizar misiones al desierto para captar y asistir a migrantes vulnerables.

El aumento de estos flujos en los últimos años ha sido exponencial a la creciente peligrosidad del trayecto y a la degradación del tratamiento por parte de las autoridades argelinas, culminado en deportaciones masivas de migrantes nigerinos en virtud del pacto entre el Gobierno de Niamey y el de Argel de 2015. La OIM niega su participación en ellas, pero admite la prestación de auxilio en los casos más precarios que, no obstante, configuran la mayoría de ellos.

Estas corrientes intra-africanas, a menudo estacionales y de matriz circular —ida-vuelta-ida— son mayoritarias, muy por encima de los desplazamientos más atendidos con destino Europa. De hecho, el Banco Mundial establece que el 75% de los migrantes de los países al sur del Sahara emigran a países vecinos, lo que desmitifica el discurso de “invasión” de inmigrantes africanos en costas europeas. El mismo embajador de la UE admite la proporción “residual” de ciudadanos nigerinos en el viejo continente, aunque enfatiza la importancia del país en relación al tránsito y a todo el negocio informal que de él se deriva. Ciertamente, los flujos tanto internos en la región, como internacionales que atraviesan el país, participan de una manera u otra del engranaje migratorio contra el que la Unión Europea dice luchar, afincado en buena parte en Agadez.

“Yo para Occidente soy mafia”

“Occidente no sabe nada, para ellos todos somos mafia”, afirma Sallé (nombre ficticio), pocas horas

antes de embarcar en su todoterreno a veinte migrantes con destino a Libia. De etnia tubu y mediana edad, lleva más de diez años haciendo de conductor entre Agadez y Sebha, en el sur libio, de donde es originario. Tras dejar sus estudios de piloto, empezó su tarea como pasador durante los veranos y luego hizo de ella su principal actividad. Su tarea consiste en ponerse en contacto con el intermediario en Agadez, quien reúne y cobra el pasaje a los migrantes. A él se le paga la mitad de su sueldo antes de salir y la otra mitad a la llegada. Su función se limita a conducir, aunque a tenor de los riesgos que entraña el mar de arena, a nivel de clima, hacinamiento, falta de suministros, ataques de bandidos o antiguas minas desperdigadas preparadas para explotar, su tarea es la única garantía de vida para los migrantes. A ella se aferran, temerosos de que no les abandone en medio del desierto, como hacen con frecuencia otros transportistas.

“Los tratáis como mafia, pero lo único que hacen es intentar ganarse la vida”, intercede un amigo del driver. Sallé asegura no haber participado nunca del negocio de trata de personas presente en la zona, conocido en lengua hausa como Gidanbashi (casa de crédito). Se trata de una red de la que se benefician, en menor o mayor medida, desde intermediarios y conductores hasta ciertas familias y autoridades, tanto nigerinas como libias, que utilizan su poder para lucrarse. “Yo nunca he participado de eso. Tengo compañeros que lo hacen y ganan muchísimo dinero. Con un solo trayecto pueden comprarse un coche nuevo, pero para mí es haram (pecado)”, afirma. Según Hassan, residente en Libia durante diez años, “el Gidanbashi empezó cuando los migrantes decidieron coger el camino sin financiación y empezaron a entrar en las casas de crédito para llamar a sus parientes y pedir dinero para seguir el periplo”. Con el tiempo, el negocio degeneró y se convirtió en una especie de prisión, donde los migrantes son encerrados, maltratados e incluso asesinados, siendo víctimas así de un complejo entramado del que muchos sacan tajada.

Agadez se ha convertido en uno de los epicentros de tráfico de África por el que pasan todo tipo de drogas y productos ilegales hacia Europa. Los camiones, encargados de transportar las sustancias, ya sea tabaco, alcohol o cocaína, parten los viernes, mientras los migrantes, en la actualidad a bordo de pick ups, se van los lunes. El trasiego constante de una ciudad dinámica es el poso cultural de un pueblo tuareg acostumbrado a tejer puentes entre norte y sur, como ya hizo en las míticas caravanas de la Edad Media. Más tarde, el

turismo propició su expansión, a través del conocimiento en artes manuales como la joyería o la herrería. Sin embargo, la presencia y actuación de grupos yihadistas a finales de los años 2000, sumió la región en una crisis profunda, después de que Francia y Occidente declararan la zona de riesgo crítico y recomendaran a sus conciudadanos no visitarla. A esa decisión muchos se agarran ahora para justificar su participación del tráfico. “Bruselas, París, Madrid, Londres, todas estas ciudades han sufrido ataques terroristas, ¿porqué a nosotros nos tienen en zona roja?”, se cuestiona un vecino de la ciudad.

“Si los occidentales quieren parar el tráfico, tienen que crear puestos de trabajo, pero no dando el dinero a Niamey, sino viniendo aquí”, asegura Sallé, en una reivindicación viva en las calles. La Unión Europea junto a la OIM ha puesto en marcha programas de integración comunitaria fomentando

cooperativas de artesanos y joyeros para sacar a centenares de personas del tráfico. Sin embargo, el comercio informal continúa y se diversifica con clara connivencia política, que contribuye también al auge de migrantes por la zona. “No se les ve, pero representan un número mayor que los propios habitantes de la ciudad”, asegura Hamed. Y apostilla: “El mayor problema de Níger es la policía y la corrupción”. Ante eso, un compañero de Sallé, sentencia indignado: “Los europeos cogéis nuestra riqueza (Níger es el cuarto exportador mundial de uranio, explotado básicamente por Francia, a pesar de contar con una infraestructura eléctrica dependiente y precaria) y luego os quejáis porque venimos a vuestros países. Pero, ¿qué queréis que hagamos?”.

Fonte:
http://elpais.com/elpais/2016/09/02/planeta_futuro/1472813469_175898.html - 05.09.2016

Refugiados de Yemen siguen atascados tras la frontera

James Jeffrey

“¿La situación en Yemen era muy mala?” Las lágrimas se escapan por la abertura del velo negro de Gada. Después de más de un minuto en silencio, la joven yemení de 20 años, refugiada en esta localidad, aún no puede responder a la pregunta.

En 2015 la intensificación de los combates entre las fuerzas del gobierno y la insurgencia hutí en Yemen provocó un éxodo masivo entre los aproximadamente 27 millones de habitantes del país de la península arábiga. El Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados calcula que más de 2,4 millones de yemeníes huyeron de sus hogares y que 120.000 buscaron asilo en países vecinos, como Somalia y Yibuti.

En Yibuti algunos se establecieron en un campo de refugiados fuera de Obock, un pueblo en la costa del Cuerno de África. Aunque sus instalaciones son básicas, tiene una escuela que una misionera estadounidense fundó por su cuenta para brindarles educación a niños y niñas yemeníes.

“La educación es obviamente importante, y la escuela les ofrece a los padres un muy necesario respiro de sus hijos en el campo atiborrado, pero esto tiene que ver más con mostrarles a los refugiados que importan y tienen un futuro, que no están excluidos”, observó la misionera Marianne Vecchione, que pasó el último año en Obock.

Instalados en sencillas tiendas de campaña en el campamento, donde las temperaturas diarias superan habitualmente los 38 grados, hay yemeníes de todo el país y de todo los medios de vida, como pescadores pobres y profesionales de clase media relativamente acomodados.

“Lo tenía todo, un trabajo y una tienda de Internet, pero los rebeldes hutíes lo tomaron”, se quejó Saddam, un refugiado de 25 años oriundo de la ciudad de Alhodida. “La tienda valía probablemente 25.000 dólares. Mamá y papá siguen allí, mi hermana está en Taizz y tengo dos hermanos en el campo, pero no sé dónde está mi otro hermano. Está perdido”, añadió.

A pesar de todo, los refugiados procuran mantener el sentido del humor.

“Bienvenidos a la Edad Media”, dice con una sonrisa Alí, de 22 años, mientras levanta una tela que funciona como puerta a un área cerrada, integrada por una pequeña zona central al aire libre con una carpa en cada extremo, donde él vive con su madre y cinco hermanos.

Dos de sus hermanos van a la escuela del campamento donde Alí es maestro voluntario. Su familia llevaba una vida mucho mejor en Saná, la mayor ciudad de Yemen, antes de que su padre muriera en un bombardeo que provocó la fuga de la familia, relató.

“Mi futuro solía estar en Yemen cuando tenía un padre con un ingreso”, dice Issa, el hermano de 18 años de Alí. “Pero si volvemos tendremos que comenzar de cero. Antes dependíamos de nosotros mismos, ¿pero qué haremos ahora?”, se preguntó.

El campamento de Obock llegó a albergar a 3.000 personas, pero ahora tiene a unas mil. Los refugiados comenzaron a volver a Yemen, a pesar de los combates.

“No hay nada como estar en casa”, subraya una mujer en un grupo de refugiadas que hablan de las cosas que extrañan. “Incluso si estás en un lugar mejor, no se puede comparar con aquello donde pasaste tu infancia, con las tradiciones, los parques, las mezquitas y la cultura. Echamos de menos todo, el aliento y las olas de Yemen. Hasta extrañamos a los comerciantes, que eran parte de la vida diaria”, señaló.

En agosto, las negociaciones celebradas en Kuwait con el respaldo de la Organización de las Naciones Unidas para lograr la paz en Yemen resultaron infructuosas. Luego de los 90 días de conversaciones, la lucha entre el gobierno y la insurgencia se reanudó.

“¿Cuándo habrá paz? Tal vez en 30 años si la generación vieja se muere y los jóvenes son más pacíficos”, opinó un yemení de 45 años, que en Yemen es el jefe de una tribu. “Los rebeldes llegaron de la nada y se apropiaron de todo, y mataron a mucha gente. Tienen que tener a alguien detrás, un gran apoyo para obtener todas esas armas”, razonó.

Yemen es víctima de una guerra de poder librada entre Arabia Saudita, que apoya al gobierno, e Irán, que respalda a los rebeldes hutíes. Estos últimos, según varios refugiados en el campo, habrían cometido la mayor cantidad de atrocidades.

Vecchione cuenta cómo los escolares dibujan en clase casas bombardeadas, gente muerta y barcos atacados, ya que los refugiados huyeron por mar a Yibuti y fueron atacados por fuerzas de origen desconocido desde territorio yemení.

Muchos de los refugiados están profundamente traumatizados. “En el mundo de la asistencia

humanitaria las cosas se hacen en función de los proyectos y programas, y no en función de la gente”, afirma Vecchione.

“De modo que el mundo de la asistencia puede olvidar que se está tratando con alguien que está traumatizada y que necesita cuidados especiales”, expresó.

Aunque a Yibuti se le critica por no hacer lo suficiente para ayudar al gran número de personas desempleadas y empobrecidas en su territorio, Vecchione indicó que el Ministerio de Educación cooperó con ella cuando llevó a dos grupos de estudiantes a la ciudad de Yibuti para que rindieran sus exámenes, lo que les permitió avanzar a la escuela secundaria.

“El gobierno tiene problemas, pero están mostrando el camino a nivel internacional” con respecto a los refugiados, aseguró Tom Kelly, el embajador de Estados Unidos ante Yibuti. “Han salvado miles de vidas. Se merece el crédito por abrir sus fronteras a personas que no tenían otro lugar a donde ir”, destacó.

Kelly informó que en total ingresaron 35.000 refugiados yemeníes a Yibuti, cuya población apenas supera los 820.000 habitantes.

A pesar de la grave situación de los refugiados, algunos acusan a Vecchione de intentar convertir al cristianismo a los alumnos musulmanes, aunque la escuela enseña el plan de estudios de Yemen, que incluye lecciones sobre el Corán y el Islam.

En un momento dado, la situación era tan tensa que sus jefes consideraron sacar a la misionera de Obock. Pero al final se quedó, y está convencida de que valió la pena. Dondequiera que vaya por el campamento o el pueblo se escuchan las voces de pequeños y adultos que llaman “¡Marianne! ¡Marianne!”.

Está claro que algunos refugiados aprecian lo que una voluntaria cristiana ha hecho por ellos, a pesar de las grandes diferencias culturales y religiosas que los puedan separar.

Traducido por Álvaro Queiruga

Fonte: <http://www.ipsnoticias.net/2016/09/refugiados-de-yemen-siguen-atacados-tras-la-frontera/> - 07.09.2016

Vuoi scappare dalla Libia in barca? I profughi ti raccontano cosa vuol dire

Si chiama "Aware migrants" ed è un progetto pensato dall'Organizzazione internazionale delle migrazioni e finanziato dal ministero dell'Interno che mira a rendere consapevoli i migranti sulla pericolosità dei viaggi in mare e sui rischi della situazione in Libia.

Come un messaggio nella bottiglia, lanciato in mare, per raggiungere le persone da una sponda all'altra del Mediterraneo. Si chiama *Aware Migrants*, la campagna dell'Organizzazione internazionale delle migrazioni che ha l'obiettivo di informare i migranti sui rischi dei viaggi in mare, per aumentarne, come dice il nome, la consapevolezza. Dall'inizio dell'anno sono, infatti, già quasi tremila le persone morte in mare nel tentativo di raggiungere l'Europa. Una strage silenziosa che si ripete con numeri sempre più alti anno dopo anno: nel 2014 i decessi sono stati 3.200, nel 2015 3.700. Cifra quasi raggiunta nei primi sette mesi di quest'anno. A questi numeri si aggiungono quelli dei richiedenti asilo che hanno subito abusi, torture e violenze nei centri di detenzione libici, o che hanno rischiato la vita durante il viaggio nel deserto.

A spiegare cosa vuol dire salire sulle carrette del mare e a raccontare l'inferno che si vive in Libia, sono gli stessi migranti in una serie di video che verranno rilanciati sui principali social network ma anche su radio e tv. L'iniziativa, che è stata presentata oggi a Roma, è finanziata dal ministero dell'Interno, con uno stanziamento di un milione e mezzo di euro (le risorse provengono dal bilancio del Dipartimento Libertà civili e immigrazione).

“Qualsiasi persona di buon senso non può non riconoscere che un fenomeno epocale, come quello a cui siamo di fronte, si può gestire solo attivando tante leve. E così oggi lanciamo una campagna di comunicazione molto chiara, che fa parte di una strategia di insieme e che è rivolta ai migranti ai cui dice: quando cercate di inseguire il vostro sogno rischiate di trovarvi in un incubo – sottolinea il ministro dell'Interno Angelino Alfano -. L' incubo è rappresentato dalla violenza sessuale subita da una donna, vista dal marito, percepita dal figlio. L' incubo è una gravidanza frutto di quella violenza, l'incubo è un bambino sfruttato, l'incubo è il rischio di morte in mare. Tutto questo lo sanno prima di partire? No, non tutti lo sanno. Noi vogliamo buttare questa bottiglia in mare perché arrivi all'altra

sponda del Mediterraneo. Oggi ci affidiamo a una comunicazione che ha potenzialmente destinatari indeterminati, lo spettro è molto ampio, speriamo che qualcuno dall'altra parte ascolti. Vorremmo che, anche grazie a una campagna come questa, ci fossero meno partenze”. La campagna ha un suo portale web, in 3 lingue, in cui si possono ascoltare 80 testimonianze video e 80 audio-testimonianze. Ci sono poi schede informative, notizie e aggiornamenti sulle direttive della Comunità europea e le pagine dei principali social network “Oggi l'informazione è l'empowerment. Questa iniziativa nasce dalla nostra esperienza più evidente di una migrazione pericolosa, in cui i rischi non sono solo in mare ma in tutto il tragitto – sottolinea Federico Soda, direttore dell'ufficio di coordinamento Oim per il Mediterraneo -. Quando queste persone arrivano ci raccontano storie di violenza incredibili, di cui spesso hanno loro stessi difficoltà a parlare. Useremo i loro racconti perché pensiamo possano avere un ruolo importante nel processo decisionale di chi sta decidendo di partire. Abbiamo il dovere morale di informare le persone di quello che le aspetta, così che possano prendere decisioni consapevoli. Vogliamo che prendano coscienza dei rischi, per salvare più vite umane possibile”.

Anche secondo il prefetto Mario Morcone, capo dipartimento Libertà civili e immigrazione, l'obiettivo è quello di convincere i migranti a fare “la scelta giusta”. “Pensiamo di aver fatto una cosa buona cercando di trasmettere la verità sui rischi e sulle sofferenze che si patiscono attraversando il Mediterraneo per arrivare in Europa – sottolinea -. La campagna ha diversi elementi di modernità, sui quali abbiamo investito molto”. La campagna si rivolge a un target di uomini e donne di età compresa tra i 18-35 anni. Testimonial dell'iniziativa è la cantante africana Rokia Traorè, che comporrà per la campagna la canzone “Be aware broche, be aware sister”. (ec).

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/4942-vuoi-scappare-dalla-libia-in-barca-i-profughi-ti-raccontano-cosa-vuol-dire> – 29.07.2016

Bloccati in Grecia, nel limbo dei campi intorno a Salonicco

Dopo Idomeni che ne è stato dei profughi fermi al confine? Viaggio nelle ex fabbriche dove sono stati trasferiti dopo lo sgombero dei campi informali. Condizioni fatiscenti e tempi incerti. I migranti aspettano: "Qualsiasi nazione va bene. Vogliamo solo andare via di qui".

Coperta nel suo lungo abito nero, Afitim spinge avanti e indietro l'altalena costruita per la sua piccola Alisya. Una tavoletta e due fili, appesi ai montanti di questa tenda sotto il sole rovente, che oggi è la sua casa. Quella in cui viveva, in Siria, è stata bombardata. E così insieme al marito e la figlia di soli tre anni, ha deciso di tentare il viaggio verso la Germania. Non sapevano, però, che si sarebbero fermati qui, una volta arrivati in Grecia e che a cinque mesi di distanza dalla loro partenza il futuro sarebbe stato un campo profughi nel cuore dell'Europa.

Quello di Sindos Softex a pochi chilometri da Salonicco, la seconda città più grande del paese, dopo Atene. In questa ex fabbrica vivono, insieme a loro le persone sgomberate da Idomeni e da altri campi informali, come l'Eko Station e l'hotel Hara, nati a pochi chilometri dal confine con la Macedonia, dopo la chiusura della frontiera. Circa 1600: la maggior parte in tende sistemate nell'ampio spazio all'aperto, il resto nell'ex capannone centrale. Tutti in condizioni fatiscenti. Il 28 luglio una ragazza di 17 anni è morta qui: secondo le prime ricostruzioni ha avuto un attacco epilettico, ma i ritardi nei soccorsi non hanno

permesso di salvarla. Un episodio che ha incrementato l'insofferenza dei rifugiati, già provati da una quotidianità precaria.

In questo centro e negli altri dislocati nei dintorni, sono stati portati per lepreregistrazioni secondo il sistema hotspot, aspetteranno qui anche l'iter della domanda di asilo, di ricongiungimento familiare oppure l'adesione al programma di relocation. Chi di loro non verrà riconosciuto come rifugiato sarà, invece, rimandato in Turchia (se arrivato in Grecia dopo il 20 marzo), secondo quanto prevede il contestato accordo stipulato tra il governo di Ankara e l'Unione europea, che neanche le dure repressioni di queste ultime settimane hanno messo in discussione. Intanto il programma europeo è per ora un flop: secondo un'analisi di fact checking realizzata da Unhcr, Open society e Carta di Roma, all'11 luglio sono solo 3000 le persone ricollocate, 843 dall'Italia e 2213 dalla Grecia. Numeri lontani dal raggiungere le 160 mila relocation previste entro settembre 2017. Pochi per ora anche i rimpatri.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/4957-bloccati-in-grecia-nel-limbo-dei-campi-intorno-a-salonicco> – 02.08.2016

Minori soli: 26mila fermati alla frontiera Messico-Usa nei primi sei mesi del 2016

Ventiseimila bambini soli provenienti dai Paesi dell'America centrale sono stati fermati alla frontiera Messico-Usa nei primi sei mesi del 2016. Il numero viene dal rapporto Unicef "Sogni spezzati. Il pericoloso viaggio dei bambini dall'America centrale agli Stati Uniti", per il quale "ogni mese migliaia di bambini dall'America centrale rischiano di essere rapiti, venduti, violentati o uccisi per cercare di raggiungere gli Stati Uniti per chiedere protezione da bande brutali e da una soffocante povertà". Inoltre, nello stesso periodo al confine sono state fermate altre 29.600 persone, per lo più "mamme con i loro bambini", mentre "16mila bambini da El Salvador, Guatemala e Honduras sono stati fermati in Messico nei primi sei mesi del 2016". Facendo un confronto con il passato, nei primi sei mesi del 2014 più di 44.500 bambini non accompagnati erano stati fermati al confine con gli Stati Uniti; il numero è sceso a quasi 18.500 nello stesso periodo del 2015, mentre quest'anno è aumentato fino a quasi 26mila. "Tutti questi bambini – riporta

l'Unicef – , molti dei quali viaggiano senza un adulto, hanno bisogno di protezione in ogni fase del viaggio: nei loro Paesi d'origine (El Salvador, Guatemala e Honduras, che hanno alcuni dei tassi di omicidi più alti del mondo), quando attraversano il Messico e quando arrivano negli Stati Uniti". Nel 2015 con 103 omicidi ogni 100 mila residenti El Salvador ha registrato il tasso di omicidi più alto del mondo. Honduras registra 57 omicidi ogni 100 mila abitanti e il Guatemala 30. "È straziante pensare a questi bambini – la maggior parte dei quali adolescenti, ma alcuni anche più giovani – che devono affrontare un viaggio estenuante ed estremamente pericoloso in cerca di sicurezza e di una vita migliore", ha dichiarato il vicedirettore Unicef Justin Forsyth. "Questo flusso di giovani rifugiati e migranti sottolinea l'importanza di affrontare la questione della violenza e delle condizioni socio-economiche nei loro Paesi di origine". I minori non accompagnati fermati negli Stati Uniti hanno diritto a essere ascoltati da un

Tribunale per l'immigrazione, ma non hanno diritto a un avvocato nominato dal Tribunale, mentre quelli che viaggiano con un genitore rischiano una rapida espulsione o mesi di detenzione.

Fonte: <http://agensir.it/quotidiano/2016/8/23/minori-soli-26mila-fermati-alla-frontiera-messico-usa-nei-primi-sei-mesi-del-2016/> - 23.08.2016

Italia-Svizzera, le violazioni alla frontiera

Respingimenti collettivi, trattenimenti in "bunker sotterranei" e diritti negati anche a minori non accompagnati. Accade tra Italia e Svizzera, alla frontiera di Chiasso, dove tra luglio e agosto almeno 7mila migranti sono stati "riammessi" dalle autorità elvetiche. Un rapporto dell'Associazione per gli studi giuridici sull'immigrazione mette in fila i trattamenti, "inumani e degradanti"

Respingimenti collettivi, controlli sistematici in base alle caratteristiche somatiche, carenza di servizi di informazione e orientamento legale. È accaduto -e continua ad accadere- alla frontiera tra Italia e Svizzera, a Chiasso, a danno di migranti prevalentemente eritrei, somali e sudanesi, talvolta anche minori non accompagnati. L'Associazione per gli studi giuridici sull'immigrazione (ASGI), in stretta collaborazione con la realtà elvetica Firdaus, ha documentato in un report, violazione per violazione, i fatti che, tra luglio e agosto 2016, sono precipitati.

"7mila i respingimenti effettuati, tra cui almeno 600 hanno riguardato minori non accompagnati", ha scritto l'associazione in un report dedicato alla frontiera. Parte dei respinti, circa 500 persone, si sono accampate nei pressi della stazione di Como in "condizioni assolutamente inadeguate". Altre si sono viste trasferire all'hotspot di Taranto.

La tesi della Svizzera -smontata dalle testimonianze raccolte dalla referente dell'associazione- è quella di aver rimandato indietro solamente chi non avesse richiesto l'asilo nel Paese, in forza di un accordo bilaterale con l'Italia datato 1998 ("Accordo bilaterale tra il Governo della Repubblica italiana e il Consiglio federale svizzero sulla riammissione delle persone in situazione irregolare").

"Al contrario -spiega l'ASGI-, molti dei migranti respinti hanno dichiarato di aver tentato di presentare domanda di protezione internazionale in Svizzera, sia oralmente che consegnando una dichiarazione scritta, ma di non aver potuto formalizzare la domanda".

Oltre ad aver negato l'accesso alla procedura d'asilo, respingendo donne e uomini senza nemmeno un provvedimento scritto contro il quale ricorrere, la Svizzera avrebbe effettuato "controlli sistematici in frontiera sulle persone di pelle nera o comunque con caratteristiche somatiche tali da far ritenere che non fossero di origine europea", in

aperta violazione di quelle norme che, sempre secondo i giuristi dell'ASGI, "vietano i controlli sistematici alle frontiere interne dell'Area Schengen e della normativa antidiscriminazione". Sul confine del Canton Ticino le autorità hanno stretto i controlli, "riammettendo" in Italia nel mese di agosto il 70% degli stranieri "irregolari" identificati sul territorio. Ad aprile di quest'anno la percentuale era dieci volte inferiore. È lo stesso clima in cui si gioca un'altra partita: il prossimo 25 settembre, infatti, i residenti del Cantone si esprimeranno su una proposta di modifica costituzionale anti-frontalieri presentata come argine all'"immigrazione di massa e il dumping salariale". Il logo è una mela, lo slogan "#PrimaiNostrì".

Intanto, per quei migranti respinti e sistemati alla stazione di Como si può parlare di "trattamenti inumani e degradanti", vietati da quella che dovrebbe essere l'anima dell'Europa, la Convenzione europea dei diritti dell'uomo. "Ad oggi -ammonisce l'ASGI- non è stato attivato alcun intervento istituzionale di informazione e orientamento legale", abbandonando sostanzialmente chi, una volta fatta la domanda di protezione (in pochi hanno percorso questa strada data l'insufficiente macchina dell'accoglienza italiana), avrebbe avuto il pieno diritto di vedersi ricongiunto a familiari collocati in altri Paesi europei. Come del resto prescrive il Regolamento Dublino III.

Tra gli elementi più inquietanti contenuti nel dossier di ASGI spiccano anche i "bunker sotterranei" descritti da alcuni migranti respinti dalla Svizzera, lì reclusi durante 12 ore di trattenimento, dopo esser stati denudati e perquisiti. Oltre all'elenco delle violazioni della normativa internazionale ed europea da parte dell'Italia e della Svizzera -almeno sei quelle più "gravi", dal divieto di trattamenti inumani e degradanti alla negata protezione del minore richiedente asilo-, l'ASGI ha riportato anche storie personali particolari, sottolineando così l'unicità di ogni migrante, talvolta

ridotto a numero, oggetto di analisi distaccate. Come quella di Ismail (il nome è modificato per motivi di privacy), eritreo, che a 17 anni è sbarcato in Italia, da solo, ad aprile del 2016. “Identificato a Taranto, viene successivamente trasferito a Bari, dove dichiara di voler aderire al programma europeo di relocation e chiede di essere trasferito in Svizzera, dove ha un fratello maggiore. Dichiara inoltre di avere due fratelli minori, in arrivo dalla

Libia, e che vorrebbe inserire anche loro nel programma di relocation. Venuto a conoscenza che i fratelli, di 10 e 14 anni, sono riusciti ad arrivare in Italia, li raggiunge e li porta con sé fino a Como. I tre fratelli tentano di entrare in Svizzera attraverso il valico di Chiasso per cinque volte, ma vengono sempre identificati e respinti a Como”.

Fonte: <http://altreconomia.it/italia-svizzera-frontiera/> - 01.09.2016

Un muro di cemento per fermare migranti e profughi a Calais

Lo costruirà a sue spese il Regno Unito intorno alla strada che conduce al porto. Dovrebbe “proteggere” i camion sui quali cerca di nascondersi chi vuole oltrepassare la Manica

Dopo le reti e il filo spinato, un muro. Così Francia e Gran Bretagna vogliono impedire a profughi e migranti che si accalcano a Calais di arrivare dall'altra parte della Manica.

Il nuovo ministro dell'immigrazione del Regno Unito, Robert Goodwill, lo ha annunciato ieri in Parlamento: “Costruiremo questo grande, nuovo muro come parte del pacchetto di interventi da 17 milioni di sterline che abbiamo concordato con la Francia. Le persone passano ancora. Abbiamo fatto i recinti, ora faremo il muro”.

La barriera, che dovrebbe costare 1,9 milioni di sterline e sarà carico del governo di Londra, sarà alta 4 metri e correrà per un chilometro lungo entrambi i lati della principale strada di accesso al porto. È lì che i migranti tentano di fermare i camion diretti a Dover, anche bloccando la carreggiata con sassi o tronchi, per nascondersi a bordo.

Il muro sarà fatto di cemento liscio per rendere più difficile la scalata, i lavori inizieranno questo mese e dovrebbero concludersi entro la fine dell'anno. “C'è altro da fare. Abbiamo anche investito per creare un parcheggio per 200 camion a Calais, così che abbiano un posto sicuro per aspettare” ha aggiunto Goodwill.

Per François Guennoc, esponente dell'associazione umanitaria Auberge des migrants, “questo muro è l'ultima estensione di chilometri di recinzioni e sorveglianza di sicurezza che sono già in piedi. Farà solo andare la gente ancora più in là per aggirarlo”.

“Quanto metti muri ovunque nel mondo, le persone trovano il modo di aggirarli. È uno spreco di denaro. Potrebbe aumentare i rischi per le persone, farà salire le tariffe dei trafficanti e le gente finirà per assumere più rischi”.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5054-un-muro-di-cemento-per-fermare-migranti-e-profughi-a-calais> - 08.09.2016

Dall'Africa agli Stati Uniti, la nuova rotta delle migrazioni

«Non consiglio a nessuno di intraprendere questa strada e questi metodi pericolosi per venire negli Stati Uniti. È un vero suicidio, i migranti sono lasciati a loro stessi. In certi Paesi, si uccide la gente per niente e i passeur sono veri sadici, violentatori. Tutte le donne sono violentate. Che nessuno in Guinea dia del denaro al proprio figlio per tentare quest'avventura». A parlare è Abdoulaye Diallo uno dei responsabili di «Tabernacle African Caribbean Refugee Association», un'associazione che assiste rifugiati provenienti da Burundi, Camerun, Haiti, Guinea, Eritrea, Etiopia, Sudan, Togo, Niger, Nigeria e Somalia, a chiedere asilo negli Stati Uniti. Il suo appello, rilanciato dall'Agenzia Fides, vuole

scoraggiare il fenomeno delle migrazioni dall'Africa occidentale agli Usa. Negli ultimi mesi infatti sempre più giovani africani (ragazzi e ragazze), attratti dal sogno americano, hanno intrapreso questo lungo viaggio che comporta rischi elevatissimi.

Tutto è nato dall'apertura del Brasile nei confronti dell'Africa. Per i giovani è così diventato facile ottenere un visto per il Brasile da dove poi i migranti intraprendono un viaggio a piedi, in piroga, autobus, per 11 mila km e 11 Paesi sud e centro americani per arrivare al confine tra Messico e Stati Uniti. Devono affrontare un viaggio pieno di pericoli per la presenza di bande armate, narcotrafficanti e

sfruttatori per i quali la vita umana non vale nulla. Per giungere in quello che loro considerano come l'Eldorado, devono attraversare la foresta Amazzonica, la frontiera con la Colombia e dei Paesi dell'America Centrale. Un viaggio che può durare mesi.

Una volta arrivati alla frontiera statunitense i migranti cercano di attraversarla di nascosto. Pochi

ce la fanno e, quei pochi, spesso vengono arrestati. Le associazioni di volontariato che sostengono i migranti li aiutano a mettersi in contatto con paranti e amici residenti negli Stati Uniti o con chiese e gruppi religiosi che li aiutano nelle loro domanda di asilo.

Fonte: <http://www.africarivista.it/guinea-stati-uniti-la-nuova-rotta-delle-migrazioni/108154/> - 09.09.2016

Austria pronta a bloccare le richieste d'asilo, esercito ai confini

Il governo ha pronto un decreto d'emergenza da far scattare appena sarà superato il tetto di 37500 domande. E intanto minaccia di portare l'Ungheria in tribunale

Stop alle domande d'asilo e respingimenti ai confini, dove verranno inviati oltre duemila soldati.

Sono gli ingredienti di un decreto d'emergenza (Notverordnung) preparato dal governo austriaco, sostenuto da socialdemocratici e popolari. Dovrebbe durare sei mesi ma con la possibilità di tre proroghe ed entrare in vigore solo se verrà sfiorato lo sfioramento del tetto di 37500 domande d'asilo fissato quest'anno dallo stesso governo.

Da quel momento in poi, le richieste di asilo saranno possibili solo in casi eccezionali (come il rischio di torture nel paese di provenienza oppure la presenza di parenti in Austria) e se il richiedente viene trovato su territorio nazionale e se la via della sua fuga verso l'Austria non potrà più essere ricostruita. Sarà l'esercito a sorvegliare i valichi.

Vienna intanto alzano la voce anche contro l'Ungheria, accusata di lasciar passare migranti e profughi senza registrarli e di non riprendersi quelli che l'Austria rimanda indietro, come prevede il

regolamento di Dublino. "Lo Stato o il gruppo di Paesi che violano queste regole dovrebbero subire conseguenze legali" ha minacciato il ministro dell'Interno Wolfgang Sobotka.

La linea dura del governo viennese è influenzata anche dalla campagna elettorale. In Austria il 2 ottobre si terrà il ballottaggio presidenziale, il cui primo esito era stato annullato, e il candidato della destra xenofoba ha buone chance.

L'Alto Commissariato delle Nazioni Unite per i Rifugiati denuncia le conseguenze gravissime che avrebbe l'entrata in vigore di quel decreto d'emergenza. "Romperebbe un tabù in Europa e significherebbe una rinuncia al diritto d'asilo in Austria", con il rischio che "altri Paesi europei seguano l'esempio", ha detto Christoph Pinter, capo dell'ufficio viennese dell'Unhcr.

Fonte: <http://www.csem.org.br/noticia/5060-austria-pronta-a-bloccare-le-richieste-d-asilo-esercito-ai-confini> - 09.09.2016

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 e AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.
98. Migrações, RELIGIÕES e violência
99. TRÁFICO DE PESSOAS e políticas migratórias
100. MÍDIA e migrações: entre discursos e estereótipos
101. Dignidade humana e MULHERES MIGRANTES
102. A DIÁSPORA MUÇULMANA para além dos estereótipos
103. Os paradoxos da ESCRAVIDÃO MODERNA
104. Mobilidade humana: entre FRONTEIRAS e muros